

PRESIDÊNCIA DO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EFICIÊNCIA · TRANSPARÊNCIA · RESPONSABILIDADE

2018 · 2020

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL







Foto: ibfotografias/shutterstock.com (capa e folha de rosto)



PRESIDÊNCIA DO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EFICIÊNCIA · TRANSPARÊNCIA · RESPONSABILIDADE

2018 · 2020

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

BRASÍLIA • 2020



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
SERGIO BRAUNE SOLON DE PONTES

JUÍZES AUXILIARES
MARCIO ANTONIO BOSCARO
ALESSANDRA GOMES FARIA BALDINI

ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO
ADÃO PAULO MARTINS DE OLIVEIRA

ASSESSORA-CHEFE DE CERIMONIAL
CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA GONÇALVES

ASSESSOR-CHEFE DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR
FLÁVIO RIBEIRO SANTANA

ASSESSOR-CHEFE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
JOEL SOUZA PINTO SAMPAIO

ASSESSORES ESPECIAIS DA PRESIDÊNCIA
ADRIANA CRISTINA F. A. DE OLIVEIRA
AJAX PORTO PINHEIRO
ALESSANDRA VANESSA ALVES
ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE
CAROLINA FRANCO PENNA CAPUTTI
ILDEGARD HEVELYN DE OLIVEIRA ALENCAR
RENATA MAGALHÃES DE OLIVEIRA
RICARDO NEWMAN DE OLIVEIRA

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
DAIANE NOGUEIRA DE LIRA

CHEFE DE GABINETE
JIMENA DE MELLO NÓBREGA

ASSESSOR-CHEFE PROCESSUAL
ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA DOS SANTOS

ASSESSORA-CHEFE DO PLENÁRIO
CARMEN LILIAN OLIVEIRA DE SOUZA

ASSESSOR-CHEFE DO NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL
CARLOS ALBERTO GONÇALVES

ASSESSORA-CHEFE DO NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECURSOS
LUCILENE RODRIGUES SANTOS

ASSESSOR-CHEFE DA CENTRAL DO CIDADÃO
ADAUTO CIDREIRA NETO

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MARCIO ABUJAMRA AITH

SECRETÁRIA JUDICIÁRIA
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS

SECRETÁRIA DE DOCUMENTAÇÃO
NAIARA CABELEIRA DE ARAÚJO PICHLER

SECRETÁRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
EVANDRO COSTA GAMA

SECRETARIA DO TRIBUNAL

DIRETOR-GERAL
EDUARDO SILVA TOLEDO

CHEFE DE GABINETE
MÉRCIA DE SOUZA BARRETO

ASSESSOR-CHEFE JURÍDICO
LUCIANO QUADRADO DE MORAES

ASSESSOR-CHEFE DE ADMINISTRAÇÃO
FREDERICO LOBO DE OLIVEIRA

ASSESSORA-CHEFE DO NÚCLEO
DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES
FERNANDA DO VALLE AZAMBUJA

ASSESSOR-CHEFE DO NÚCLEO
DE GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES
EDMÍLSON PALMA LIMA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ALDA MITIE KAMADA

SECRETÁRIO DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE
MARCO POLO DIAS FREITAS

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
EDMUNDO VERAS DOS SANTOS FILHO

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA
PAULO GUSTAVO MAIURINO

SECRETÁRIA DE GESTÃO DO STF-MED
MÔNICA MARIA GOMIDE MADRUGA RIBEIRO

AUDITORIA INTERNA

AUDITOR-CHEFE
ARMANDO AKIO SANTOS DOI

MISSÃO

Por ministro Celso de Mello

Incumbe, ao Supremo Tribunal Federal, no desempenho de suas altas funções institucionais e como garantidor da intangibilidade da ordem constitucional, o grave compromisso – que lhe foi soberanamente delegado pela Assembleia Nacional Constituinte – de velar pela integridade dos direitos fundamentais, de repelir condutas governamentais abusivas, de conferir prevalência à essencial dignidade da pessoa humana, de fazer cumprir os pactos internacionais que protegem os grupos vulneráveis expostos a injustas perseguições e a práticas discriminatórias, de neutralizar qualquer ensaio de opressão estatal e de nulificar os excessos do Poder e os comportamentos desviantes de seus agentes e autoridades, que tanto deformam o significado democrático da própria Lei Fundamental da República.



Foto: R. M. Nunes/istockphoto.com



MINISTRO
JOSÉ ANTONIO **DIAS TOFFOLI**
PRESIDENTE [POSSE EM 23.10.2009]

MINISTRO
LUIZ FUX
VICE-PRESIDENTE [POSSE EM 3.3.2011]

MINISTRO
JOSÉ **CELSO DE MELLO** FILHO
DECANO [POSSE EM 17.8.1989]

MINISTRO
MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
[POSSE EM 13.6.1990]

MINISTRO
GILMAR FERREIRA **MENDES**
[POSSE EM 20.6.2002]

MINISTRO
ENRIQUE **RICARDO LEWANDOWSKI**
[POSSE EM 16.3.2006]

MINISTRA
CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA
[POSSE EM 21.6.2006]

MINISTRA
ROSA MARIA PIRES **WEBER**
[POSSE EM 19.12.2011]

MINISTRO
LUÍS **ROBERTO BARROSO**
[POSSE EM 26.6.2013]

MINISTRO
LUIZ **EDSON FACHIN**
[POSSE EM 16.6.2015]

MINISTRO
ALEXANDRE DE MORAES
[POSSE EM 22.3.2017]

SUMÁRIO



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: ibfotografias/shutterstock.com



10
APRESENTAÇÃO

16
O SUPREMO E A HISTÓRIA

22
A PRESIDÊNCIA E O SUPREMO

28
DIAS TOFFOLI

34
POSSE

44
O SUPREMO E A DEMOCRACIA

58
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

72
GESTÃO ADMINISTRATIVA

88
PANDEMIA COVID-19

100
DIÁLOGO INSTITUCIONAL

130
DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

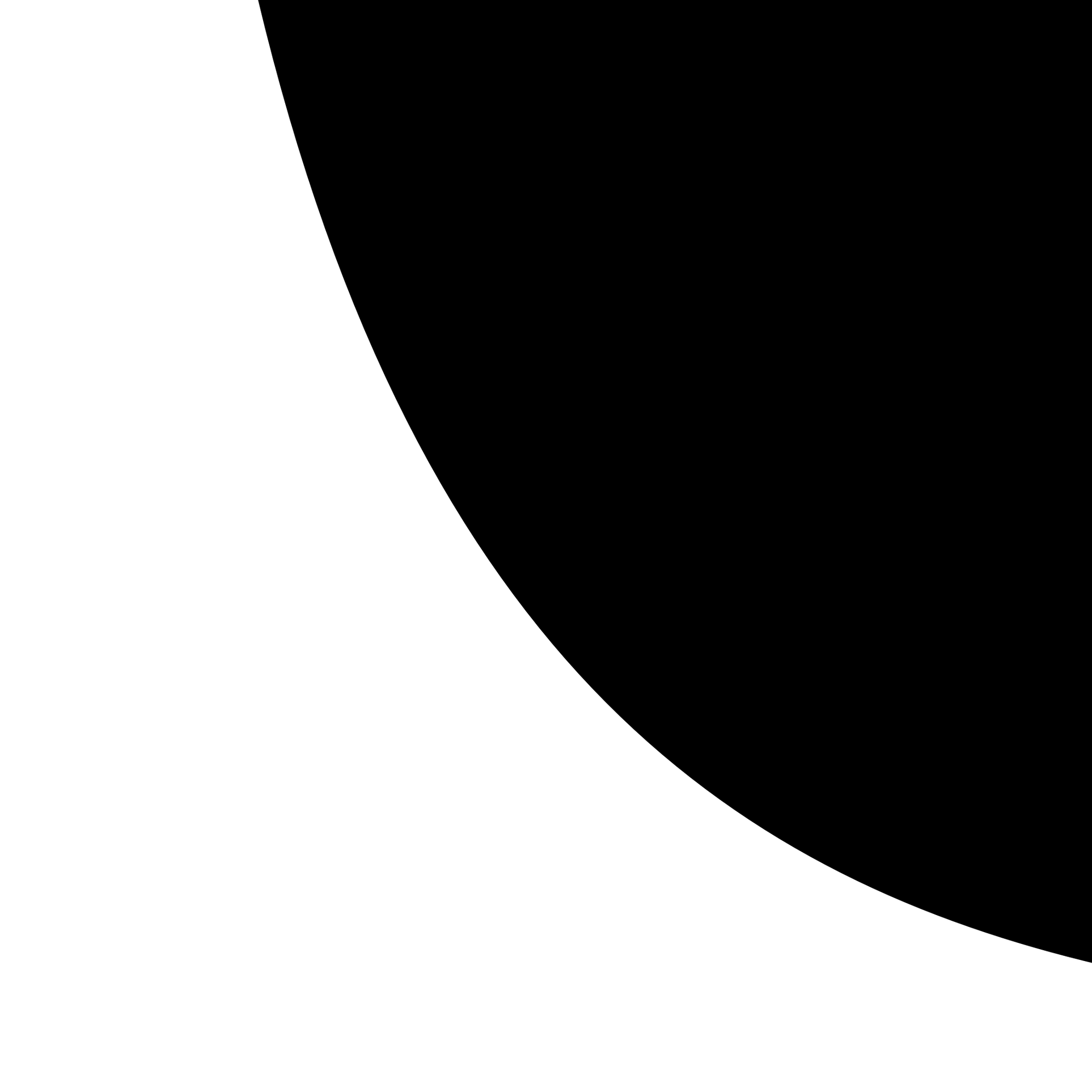
150
EVENTOS

168
EPÍLOGO

APRESENTAÇÃO



Foto: Edusma7256/shutterstock.com



APRESENTAÇÃO

> ''Tenham a plena certeza de que, nesses dois anos, vou me dedicar de corpo e alma à Justiça e à Nação brasileira. A Constituição da República será meu guia.''
>
> **Ministro Dias Toffoli**

Foi com esse compromisso que o ministro Dias Toffoli encerrou o discurso de posse no comando do Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2018. Passados dois anos, esta publicação vem demonstrar que o juramento feito em Plenário diante de todo o País foi rigorosamente cumprido.

As páginas seguintes são o testemunho de uma Presidência compromissada com a segurança jurídica, com a prestação jurisdicional, com a inovação tecnológica, com a harmonia entre os Poderes, com o desenvolvimento do Brasil e com o bem-estar do brasileiro. Foram diversas ações que contribuíram para o fortalecimento do Poder Judiciário.



27.11.2018 – Ministro Dias Toffoli. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Norteado pela tríade "Transparência, Eficiência e Responsabilidade", cada membro da equipe – ministro, dirigentes, juízes auxiliares, secretários, assessores-chefes, assessores, servidores, colaboradores e estagiários – foi fundamental para que as diretrizes de trabalho fossem concretizadas.

Em dois anos, o STF enfrentou momentos desafiadores, como a pandemia do coronavírus e os ataques antidemocráticos e as notícias fraudulentas contra o Tribunal. E mesmo em tempos conturbados, a Corte manteve-se altiva, unida e atuante, amparada pela Constituição de 1988, pela sua história secular e pela sociedade civil organizada, que sempre esteve na linha de frente em defesa do Supremo.

Em contrapartida, esta publicação mostrará que o Supremo Tribunal Federal não se furtou a debater e julgar questões de grande relevância nacional. A gestão 2018 • 2020 primou pela colegialidade e pacificou temas relevantes, como o enquadramento da homofobia e da transfobia como crimes de racismo, a declaração de que a Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão competente para a demarcação de terras indígenas, e a garantia do direito da gestante à estabilidade no emprego, independentemente do conhecimento prévio do empregador acerca da gravidez.

O leitor poderá conferir que a gestão do ministro Toffoli se pautou pela busca constante do diálogo com os Poderes da República, com as organizações civis e com os magistrados e as funções essenciais à Justiça. As visitas institucionais aos Estados da Federação demonstram essa interlocução. Muitos dos tribunais jamais haviam recebido um presidente do Supremo Tribunal Federal em suas sedes.

O investimento em novas ferramentas e em tecnologia da informação potencializou os julgamentos e garantiu a razoável duração do processo. Foram várias iniciativas que fizeram com que o Supremo atingisse o menor acervo processual dos últimos 24 anos. Ampliação do Plenário Virtual, julgamentos por videoconferência, sustentações orais encaminhadas por meio eletrônico são algumas das conquistas tecnológicas na gestão Dias Toffoli.

Cumprindo o princípio da transparência na administração pública e contribuindo para o enriquecimento da memória e da história da Instituição, esta publicação foi redigida e editada a partir de informações de arquivo da Presidência, da página eletrônica da Corte, de dados de outras instituições e da valorosa contribuição do decano, ministro Celso de Mello, com a publicação "Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)", que serviu de bússola para o texto "O Supremo e a Presidência".

Boa leitura!

O SUPREMO E A HISTÓRIA

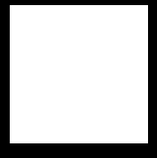




Foto: Diego Grandi/shutterstock.com



O SUPREMO E A HISTÓRIA

O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição, conforme definido no art. 102 da Constituição da República.

É composto por onze ministros, todos brasileiros natos (art. 12, § 3°, IV, da CF/1988), escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101 da CF/1988), e nomeados pelo presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal (art. 101, parágrafo único, da CF/1988).

Entre suas principais atribuições está a de julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da própria Constituição e a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

Na área penal, destaca-se a competência para julgar, nas infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o procurador-geral da República, entre outros (art. 102, I, *a* e *b*, da CF/1988).

Em grau de recurso, sobressaem-se as atribuições de julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão, e, em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição.

A partir da Emenda Constitucional 45/2004, foi introduzida a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal aprovar,



Foto: Gilmar Ferreira/SCO/STF

após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 103-A da CF/1988).

O presidente do Supremo Tribunal Federal preside também o Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, I, da CF/1988, com a redação dada pela EC 61/2009). O Plenário, as Turmas e o presidente são os órgãos do Tribunal (art. 3° do RISTF/1980).

O presidente e o vice-presidente são eleitos pelo Plenário do Tribunal, dentre os ministros, e têm mandato de dois anos. Cada uma das duas Turmas é constituída por cinco ministros e presidida pelo mais antigo dentre seus membros, por um período de um ano, vedada a recondução, até que todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade (art. 4°, § 1°, do RISTF/1980).

HISTÓRIA[1]

A denominação ‘‘Supremo Tribunal Federal’’ foi adotada na Constituição Provisória publicada com o Decreto n.° 510, de 22 de junho de 1890, e repetiu-se no Decreto n.° 848, de 11 de outubro do mesmo ano, que organizou a Justiça Federal.

A Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, que instituiu o controle da constitucionalidade das leis, dedicou ao Supremo Tribunal Federal os artigos 55 a 59.

O Supremo Tribunal Federal era composto por quinze juízes, nomeados pelo presidente da República com posterior aprovação do Senado. A instalação ocorreu em 28 de fevereiro de 1891, conforme estabelecido no Decreto n.° 1, de 26 do mesmo mês.

Após a Revolução de 1930, o Governo Provisório decidiu, pelo Decreto n.° 19.656, de 3 de fevereiro de 1931, reduzir o número de ministros para onze.

A Constituição de 1934 mudou a denominação do órgão para ‘‘Corte Suprema’’ e manteve o número de onze ministros, dele tratando nos artigos 73 a 77.

A Carta de 10 de novembro de 1937 restaurou o título ‘‘Supremo Tribunal Federal’’, destinando-lhe os artigos 97 a 102.



Foto: Divulgação/STF

1. Conteúdo extraído da página eletrônica do Supremo.

Com a redemocratização do País, a Constituição de 18 de setembro de 1946 dedicou ao Tribunal os artigos 98 a 102.

Em 21 de abril de 1960, em decorrência da mudança da capital federal, a Suprema Corte transferiu-se para Brasília. Está sediada na Praça dos Três Poderes, depois de ter funcionado durante 69 anos no Rio de Janeiro.

No período do regime militar, o Ato Institucional n.° 2, de 27 de outubro de 1965, aumentou o número de ministros para dezesseis, acréscimo mantido pela Constituição de 24 de janeiro de 1967. Com base no Ato Institucional n.° 5, de 13 de dezembro de 1968, foram aposentados, em 16 de janeiro de 1969, três ministros.

Posteriormente, o Ato Institucional n.° 6, de 1° de fevereiro de 1969, restabeleceu o número de onze ministros, acarretando o não preenchimento das vagas que ocorreram até atendida essa determinação.

Com a restauração da democracia, a Constituição ora vigente, promulgada em 5 de outubro de 1988, realçou expressamente a competência precípua do Supremo Tribunal Federal como guarda da Constituição, dedicando-lhe os artigos 101 a 103.



Foto: Divulgação/STF

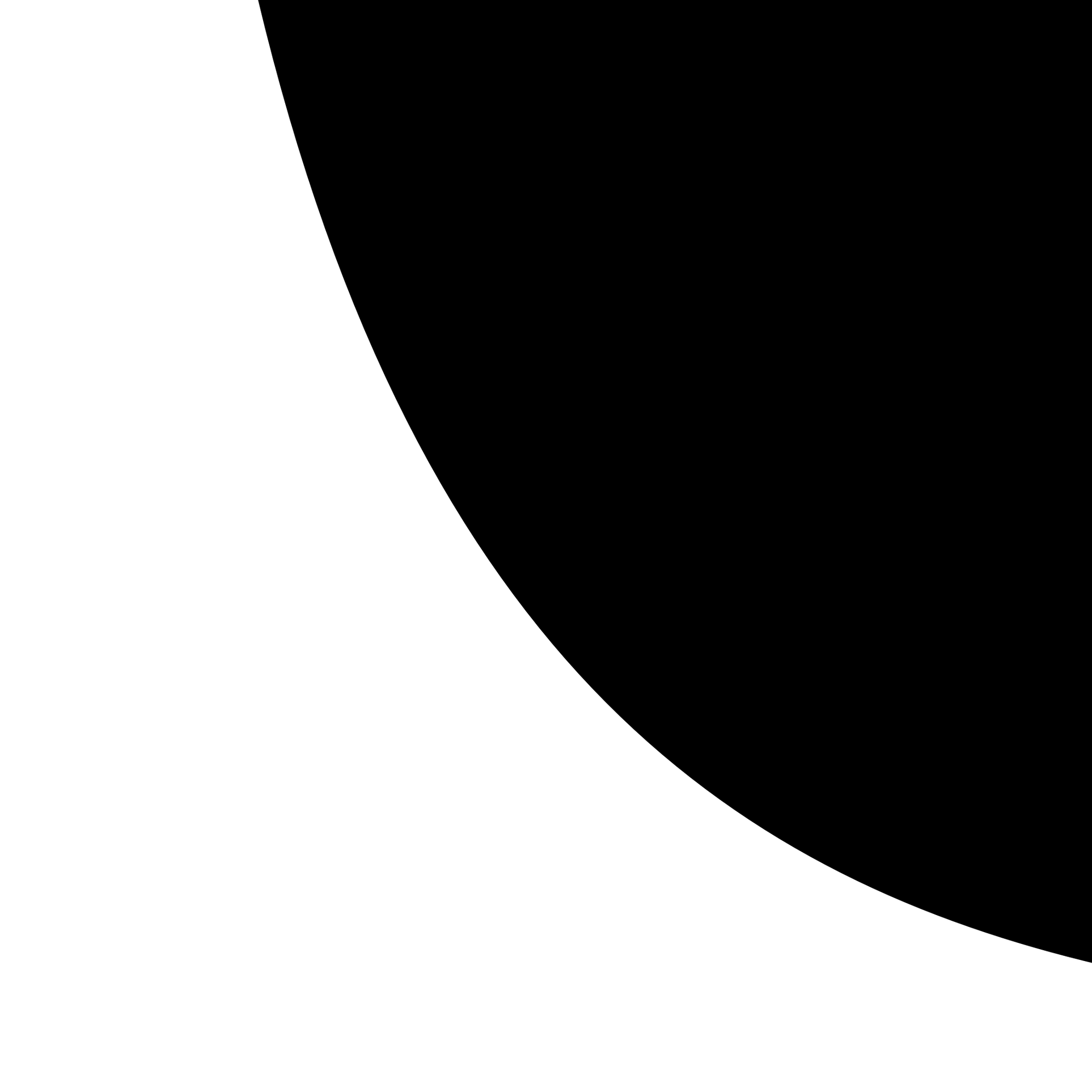


Foto: Divulgação/STF

A PRESIDÊNCIA E O SUPREMO



7.7.2019 – Escultura "A Justiça", de Alfredo Ceschiatti, em frente ao Supremo Tribunal Federal. *Foto: Fellip Agner/shutterstock.com*



A PRESIDÊNCIA E O SUPREMO[2]

Exercer a Presidência do Supremo Tribunal Federal é ocupar o mais alto posto do Poder Judiciário brasileiro, com as atribuições de velar pelas prerrogativas do Tribunal; representá-lo perante os demais Poderes e autoridades; e dirigir os trabalhos e presidir as sessões plenárias.

Até setembro de 2020, a Instituição contou com 58 ministros no comando da Corte. No Império houve 10 presidentes, sendo o primeiro o português José Albano Fragoso (1829-1832). Na fase Republicana, a primeira Presidência ficou a cargo do baiano Freitas Henriques (1891-1894). Após a Constituição de 1988, foi o gaúcho Neri da Silveira (1989-1991) o primeiro a conduzir o Tribunal.

Ao chegar à chefia da Suprema Corte, em setembro de 2018, aos 50 anos de idade, o ministro Dias Toffoli se consagrou o mais jovem ministro a comandar o STF, título que até então pertencia ao decano Celso de Mello, que assumiu a Presidência com 51 anos e 6 meses de idade. O terceiro mais jovem a dirigir a Corte foi o ministro Moreira Alves, com 51 anos e 10 meses de idade.

Tradicionalmente, a Corte elege o ministro com mais tempo de Casa que ainda não tenha sido presidente. Mas, conforme assinala o ministro Celso de Mello na obra "Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)", durante o regime autoritário foi editado o Decreto-lei n.° 2.770, de 11.11.1940, que atribuía ao presidente da República a competência de nomear, dentre os ministros da Corte, o presidente e o vice-presidente, por tempo indeterminado.

Sob esse regime, foram nomeados os ministros Eduardo Espinola (1940 a 1945) e José Linhares (1945). Este último, ao assumir a Presidência da República, revogou o decreto e restabeleceu a prerrogativa institucional de a própria Suprema Corte eleger os seus dirigentes máximos. José Linhares foi o ministro que comandou o STF por mais tempo, quatro vezes ao todo (1945, 1946/1949, 1951/1954 e 1954/1956).

O período de comando do Supremo nem sempre foi de um biênio. Durante a monarquia, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça era designado pelo Imperador para um período de três anos, sendo possível a recondução. Houve gestões que duraram mais de uma década. Por 13 anos (1911 a 1924), Herminio do Espirito Santo conduziu a Corte e, por 12 anos (1894 a 1906), o ministro Olegário Herculano D'Aquino e Castro.

As Presidências mais breves foram as dos ministros Carolino de Leoni Ramos, por apenas 23 dias, em razão do seu falecimento durante o mandato; Gonçalves de Oliveira, por 38 dias; e Aldir Passarinho, por 39 dias.

Em toda a história do Tribunal, apenas duas mulheres estiveram à frente da Corte: Ellen Gracie (2006 a 2008) e Cármen Lúcia (2016 a 2018).

2. Fatos e dados históricos extraídos da publicação "Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)", de autoria do ministro Celso de Mello.

GALERIA DE PRESIDENTES

Pós-Constituição de 1988



Dias Toffoli
2018 • 2020



Cármen Lúcia
2016 • 2018



Ricardo Lewandowski
2014 • 2016



Joaquim Barbosa
2012 • 2014



Ayres Britto
2012



Cezar Peluso
2010 • 2012



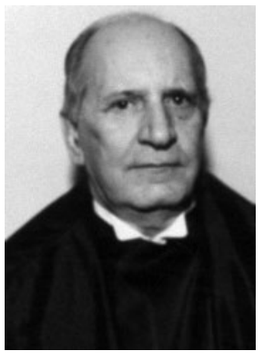
Gilmar Mendes
2008 • 2010



Ellen Gracie
2006 • 2008



Nelson Jobim
2004 • 2006



Maurício Corrêa
2003 • 2004



Marco Aurélio
2001 • 2003



Carlos Velloso
1999 • 2001



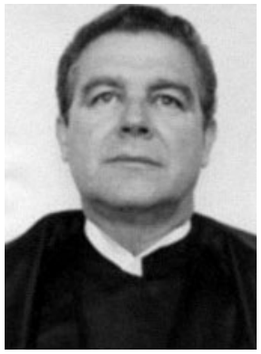
Celso de Mello
1997 • 1999



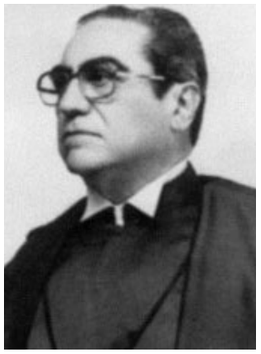
Sepúlveda Pertence
1995 • 1997



Octavio Gallotti
1993 • 1995



Sydney Sanches
1991 • 1993

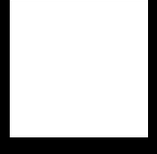


Aldir Passarinho
1991



Néri da Silveira
1989 • 1991

DIAS TOFFOLI





12.3.2020 – *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



PERFIL

Quando assumiu a Presidência do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli estabeleceu como pilares da sua gestão a eficiência, a transparência e a responsabilidade. A escolha se deve ao fato de que essas três diretrizes estiveram presentes em suas passagens pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Natural de Marília (SP), José Antonio Dias Toffoli é filho de uma professora, Sebastiana Seixas, e de um cafeicultor, Luiz Toffoli. Nascido em novembro de 1967, foi o oitavo de uma família com nove filhos, levando-o a afirmar que "já nasceu em um colegiado", o que lhe garantiu reconhecimento como moderador e aberto ao diálogo. Aos 18 anos, o jovem deixou o ambiente da família católica para estudar Direito na Universidade de São Paulo (USP), marco inicial de uma jornada que o levaria à mais alta Corte da Justiça brasileira.



23.10.2019 – *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

CARREIRA

Toffoli iniciou sua trajetória ainda como estagiário do Departamento Jurídico "XI de Agosto". Graduado, exerceu a advocacia privada em São Paulo. Atuou na Associação em Defesa da Moradia e prestou consultoria em ações para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na capital paulista. Em 1995, mudou-se para Brasília (DF) e assumiu a função de assessor jurídico da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados e, em 2003, foi designado subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.



13.9.2018 – *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*

O mariliense foi advogado-geral da União (AGU) entre 2007 e 2009. No cargo de ministro-chefe, Toffoli foi responsável pela criação da Ouvidoria-Geral do órgão, da Comissão de Ética, da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, do Departamento de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público e do Núcleo de Gestão Estratégica.

Toffoli tomou posse no STF em 23 de outubro de 2009 na vaga deixada pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito, após indicação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e longa sabatina no Senado Federal. Foi presidente da Primeira Turma do STF de fevereiro a dezembro de 2012 e Presidente da Segunda Turma de maio de 2015 a maio de 2016.

Em 2014, Dias Toffoli assumiu a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e criou iniciativas importantes como o Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação e Apuração e o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que instituiu o Registro Civil Nacional (RCN).

O ministro ainda atuou como representante brasileiro em missões internacionais para acompanhar eleições em países como Venezuela, Paraguai, Chile e Costa Rica.

Na área acadêmica, Toffoli atua como professor colaborador do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP e lecionou Direito Constitucional e Direito da Família no Centro de Ensino Unificado de Brasília (UniCEUB).

SUPREMO

Ao assumir o cargo de ministro, Toffoli recebeu o gabinete com 11.032 processos "conclusos ao relator", ou seja, aguardando decisão. A esse acervo inicial somaram-se, nos nove anos seguintes, outros 47.170 processos – uma média de 5.240 novos processos por ano. Segundo a Secretaria de Gestão Estratégica, ao assumir a Presidência do STF em setembro de 2018, Toffoli deixou o gabinete com 2.003 processos, até então o menor acervo da Corte.

Em mais de uma década de atuação, Dias Toffoli proferiu importantes votos como na ADI 2.390, na qual se garantiu o acesso da Receita Federal a dados bancários, sem ordem judicial, e no julgamento sobre o compartilhamento de dados do contribuinte (bancários e fiscais) – obtidos pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco-UIF-BACEN) – com o Ministério Público, para fins penais, sem a supervisão do Poder Judiciário (RE 1.055.941/SP).

Em outro caso de relevância, o Plenário do STF, de forma inédita, a partir de proposta do ministro Toffoli, examinou a natureza jurídica do acordo e dos termos da colaboração premiada, introduzidos pela Lei 12.850/2013. O julgamento concluiu que a colaboração premiada é apenas meio de obtenção de prova, um instrumento para coleta de documentos que, segundo o resultado de sua obtenção, poderão formar meio de prova (HC 127.483/PR).

Outro julgamento emblemático ocorreu no *habeas corpus* em que se fixou a orientação de que a regra que prevê o interrogatório do acusado como último ato da instrução penal, previsto no art. 400 do Código de Processo Penal comum, fosse estendida a todos os procedimentos penais regidos por legislação especial. O Plenário da Corte, na ocasião, fixou uma tese objetiva para a matéria, a partir da proposta de Toffoli, que serviu de orientação a todo o sistema de justiça brasileiro (HC 127.900/AM).

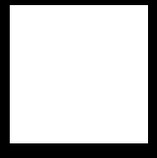
No julgamento do RE 839.163/DF, seguindo o voto condutor do ministro Toffoli, o Pleno concluiu, por unanimidade, pela legitimidade de o relator decidir monocraticamente sobre a determinação de baixa dos autos independentemente da publicação de seus julgados, seja quando haja o risco iminente de prescrição, seja no intuito de repelir a utilização de sucessivos recursos, com nítido abuso do direito de recorrer, com o escopo de obstar o trânsito em julgado de condenação e, assim, postergar a execução dos seus termos.

Outros relevantes casos julgados são as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5.423 e 5.488, que possibilitaram a participação de candidatos em debates eleitorais, impedindo o poder de veto dos concorrentes; a ADI 4.430 a respeito da distribuição do tempo de propaganda eleitoral; e a ADI 2.404, que concluiu pela natureza indicativa da classificação de diversões públicas e dos programas de rádio e TV, de competência da União, não podendo ser confundida com licença prévia.

Em repercussão geral, o ministro foi relator do RE 670.422, no qual o STF autorizou a alteração do registro civil de pessoa transgênero, diretamente pela via administrativa, independentemente da realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo; do RE 363.889, no qual o Tribunal superou a coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face da viabilidade de realização de exame de DNA; do RE 581.488, no qual se afastou a possibilidade de diferenciação de pacientes no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de pagamento adicional; e do RE 627.189, no qual, após a realização de audiência pública prévia, o julgamento determinou limites à instalação de linhas de alta tensão a fim de proteger a saúde da população.

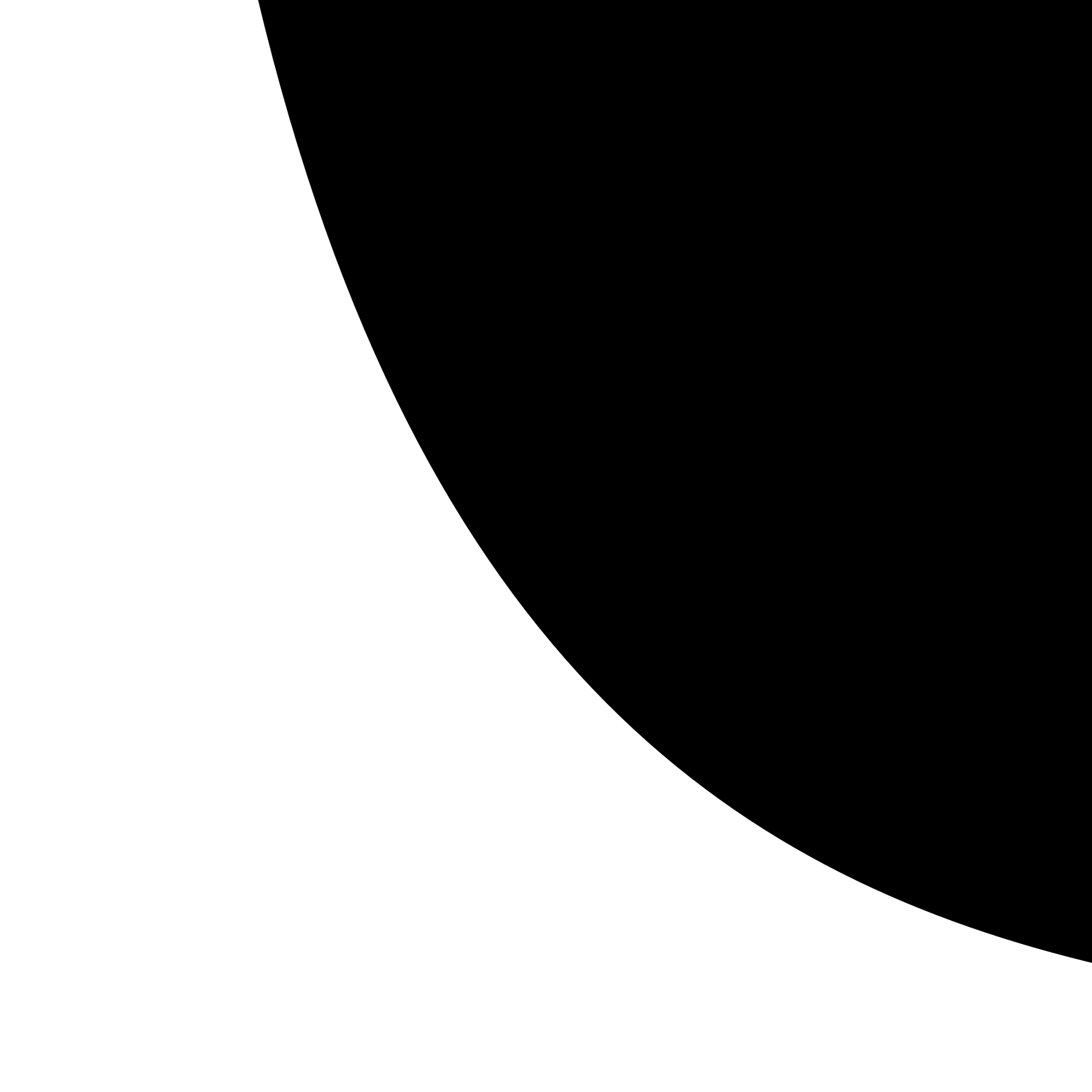
Em matéria tributária, foram diversos julgamentos de relevância. A partir do voto do ministro Toffoli, a Corte entendeu pela impossibilidade de exclusão da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores das vendas a prazo inadimplidas (RE 586.482); pela não incidência do ICMS sobre o fornecimento de água encanada (RE 607.056); e reconheceu a imunidade tributária de livros eletrônicos e de suportes próprios para leitura (RE 330.817).

POSSE





13.9.2018 – Ministro Dias Toffoli assina termo de posse como presidente do STF e do CNJ. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



POSSE

A tarde de quinta-feira, 13 de setembro de 2018, marcou a posse do ministro Dias Toffoli no mais alto posto do Poder Judiciário brasileiro, o de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O discurso foi norteado pelo chamamento dos demais Poderes da República para um diálogo franco e propositivo.

Ao lado dos presidentes, à época, da República, Michel Temer, da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado Federal, Eunício de Oliveira, o ministro Dias Toffoli destacou que o equilíbrio e o respeito mútuo entre Executivo, Legislativo e Judiciário é mandamento constitucional. ''Não somos mais nem menos que os outros Poderes. Com eles, e ao lado deles, harmoniosamente, servimos à Nação brasileira''.

O ministro Luís Roberto Barroso fez a saudação em nome da Corte e afirmou não conhecer ninguém melhor do que Dias Toffoli para, com diálogo, implementar mudanças imprescindíveis para alçar o STF a um padrão internacional. ''A bandeira da Justiça está em suas mãos. A vida preparou-o para esse momento. A história o espera. Estamos todos do seu lado. Seja abençoado'', declarou.

O presidente da República, Michel Temer, ressaltou como características do empossado o perfil conciliador e pacificador, enfatizando ''uma trajetória admirável não só por cultuar a aplicação rigorosa do Direito como também por ser alguém que se preocupa com a pacificação social, com a harmonia entre as pessoas e com a harmonia entre os Poderes da República''.



13.9.2018 – Solenidade de posse no plenário do Supremo. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

Em seus discursos, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claúdio Lamachia, lembraram o momento sensível que o País atravessava, a importância da Corte para enfrentar os novos desafios e desejaram sucesso à nova gestão. ''O Supremo Tribunal Federal tem sido o garante da vontade do constituinte e tem guardado a Constituição. Muito mais que isso, nas décadas recentes, tem garantido a própria democracia e as liberdades fundamentais'', disse Dodge.

Lamachia pontuou que não tinha dúvidas de que o ministro estaria ciente do papel a desempenhar neste momento tão decisivo da vida brasileira. ''Vossa Excelência aqui chegou ainda jovem e já cumpriu missões de alta complexidade, como a de presidir o Tribunal Superior Eleitoral nas eleições gerais passadas. Soube lidar com críticas duras, de natureza política, retribuindo-as com a moderação e o bom senso que se esperam de um magistrado da Corte Suprema''.



Autoridades comparecem à sessão solene de posse.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Ministros aposentados comparecem à sessão solene de posse.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

A solenidade de posse contou, ainda, com a presença de diversas autoridades dos Três Poderes, de amigos e de familiares, além da execução do Hino Nacional por um coral formado por 35 meninos e meninas de 5 a 14 anos da Escola de Educação Infantil e do Centro Comunitário de Assistência Social da Legião da Boa Vontade (LBV), no Distrito Federal.

Confira a íntegra do discurso:

Português **Inglês** **Espanhol**



Presidente Dias Toffoli com os ministros do STF e a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



Ministro Dias Toffoli assina o termo de posse. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



Ministra Cármen Lúcia transmite a Presidência do STF e do CNJ ao ministro Dias Toffoli
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Ministro Dias Toffoli e o irmão José Eduardo. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



Ministro Dias Toffoli discursa na solenidade de posse. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



Ministro Roberto Barroso fez a saudação em nome da Corte.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Ministro Luiz Fux assina termo de posse como vice-presidente do STF e do CNJ.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Então presidente da República, Michel Temer, cumprimenta o ministro Dias Toffoli.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Ex-presidente da República José Sarney cumprimenta o ministro Dias Toffoli.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Sessão solene de posse do ministro Dias Toffoli na Presidência do STF e do CNJ. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



Coral da Escola de Educação Infantil e do Centro Comunitário de Assistência Social da Legião da Boa Vontade (LBV), no Distrito Federal, executou o Hino Nacional. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



Coquetel oferecido pelas associações da magistratura em celebração à posse dos novos presidente e vice-presidente do STF e do CNJ. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



Cantor Leo Jaime se apresenta em coquetel oferecido pelas associações da magistratura. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



Ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Os presidente e vice-presidente empossados.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Ministros aposentados, Joaquim Barbosa e Sepúlveda Pertence, prestigiam a posse do Ministro Dias Toffoli.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

O SUPREMO E A DEMOCRACIA



28.8.2018 – Escultura "A Justiça", de Alfredo Ceschiatti, em frente ao Supremo Tribunal Federal. *Foto: Fellip Agner/shutterstock.com*



O SUPREMO E A DEMOCRACIA

O Supremo Tribunal Federal, representantes da sociedade civil, de instituições públicas e privadas, dos trabalhadores, da imprensa, de movimentos estudantis, da advocacia e da magistratura, e ex-presidentes da República atuaram e se mobilizaram ao longo do biênio 2018-2020 para reafirmar a relevância do Supremo Tribunal Federal para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

No dia 14 de março de 2019, o ministro Dias Toffoli anunciou, em plenário, a edição da Portaria 69/2019, que determinou a abertura de inquérito criminal para apurar a existência de notícias fraudulentas (*fake news*), denunciações caluniosas e ameaças contra a Corte, seus ministros e familiares. O presidente designou o ministro Alexandre de Moraes para a condução das investigações (Inquérito 4.781). A portaria foi editada com fundamento na atribuição regimental do presidente da Corte de velar pela intangibilidade das prerrogativas do Supremo Tribunal Federal e dos seus membros (art. 13, I, do RISTF) e no artigo 43 e seguintes do Regimento Interno. "Não existe Estado Democrático de Direito nem democracia sem um Judiciário independente e sem uma imprensa livre", afirmou o presidente ao anunciar a medida.

Em junho de 2020, em julgamento histórico, o Plenário concluiu, por dez votos a um, pela constitucionalidade e legalidade da instauração do inquérito. Em seu voto, o ministro Toffoli afirmou se tratar de prerrogativa de reação institucional necessária em razão da escalada das agressões cometidas contra o Tribunal. "A instauração deste inquérito se impôs e se impõe não porque o queremos, mas porque não podemos banalizar ataques e ameaças a este Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição da República", concluiu.



14.3.2019 – Presidente Dias Toffoli anunciou na sessão plenária a abertura de inquérito para apurar ameaças e *fake news* que têm a Corte como alvo.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Algumas ocasiões se destacaram por convergirem as mais diversas ideologias e áreas de atuação nacional num discurso único: a defesa da Democracia, do STF e do PoderJudiciário. Em abril de 2019, em sessão solene no Plenário da Corte, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, entregou ao ministro Dias Toffoli um manifesto assinado por cerca de 200 entidades da sociedade civil em apoio à Suprema Corte e em repúdio aos ataques à instituição. Também participaram da sessão o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Em maio de 2019, em São Paulo, lideranças da advocacia também fizeram um ato em homenagem ao Supremo.

Em junho de 2020, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) liderou movimento nacional pró-STF que reuniu centenas de instituições em videoconferência com a participação dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. No "Manifesto em Defesa da Democracia e do Judiciário", a AMB declara: "O STF, o mais importante

"A Suprema Corte é insubstituível para o País e é dever de todos a sua defesa, pois, sem ela, nenhum cidadão está protegido. Dentro do Estado de Direito, todos se submetem ao império da lei, respeitadas as garantias constitucionais."

Trecho do manifesto entregue ao Supremo em sessão solene



3.4.2019 – Sessão solene de entrega do manifesto da sociedade civil em apoio ao STF. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



8.6.2020 – Presidente do STF recebeu manifesto em defesa da democracia e do Judiciário entregue virtualmente pela presidente da AMB, Renata Gil, com a assinatura de mais de 200 entidades e instituições.

tribunal do País tem desempenhado, de forma republicana, seu papel de balizar a forma como a Constituição deve ser aplicada. (...) Atacar o STF significa ameaçar todo o Judiciário e os valores democráticos do Brasil''.

Na mesma época, logo após os disparos de fogos de artifício contra o edifício-sede do Supremo durante manifestação na Praça dos Três Poderes, os ex-presidentes da República José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer repudiaram na imprensa e em redes sociais os ataques ao Tribunal. ''O Supremo jamais se sujeitará, como não se sujeitou em toda a sua história, a nenhum tipo de ameaça, seja velada, indireta ou direta, e continuará cumprindo a sua missão'', afirmou Dias Toffoli.

''Solidário à sua mensagem, junto o meu protesto contra inqualificável e criminosa agressão ao STF, guardião da Constituição, integrado por magistrados de altas virtudes culturais e morais. Peço para estender minha solidariedade a toda Corte'', afirmou José Sarney. Para Michel Temer, ''a agressão física à Suprema Corte revela o desconhecimento de suas elevadas funções como um dos principais garantes da democracia, integrada, como é, por juristas do maior porte e forjados na ideia de rigoroso cumprimento da Constituição Federal''.

No Plenário, o presidente Dias Toffoli defendeu que ''não há solução para as crises fora da legalidade constitucional e da democracia, ambas salvaguardadas pelo Supremo Tribunal Federal.'' E concluiu o presidente da Corte ''A Constituição governa os que governam''.

O vice-presidente do STF, ministro Luiz Fux, em nota conjunta com o presidente Dias Toffoli lida em Plenário, defendeu, ainda, a importância do decano Celso de Mello como líder incansável da Corte na concretização de tantos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros. ''Se hoje podemos usufruir liberdades e igualdades dos mais diversos tipos, sem nenhuma dúvida isso se deve, em grande medida, aos mais de 30 anos de judicatura do ministro Celso de Mello neste Tribunal''.



8.6.2020 – Ministro Dias Toffoli na videoconferência de entrega do manifesto em defesa da democracia e do Poder Judiciário.
Foto: Rodrigo Farhat/Agência CNJ

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA



4.10.2018 – Autoridades nas comemorações dos 30 anos da Constituição de 1988, no STF. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*

Como símbolo maior da democracia e das liberdades no Brasil, a Constituição de 1988 foi saudada pelo Supremo ao completar 30 anos de vigência em 5 de outubro de 2018, com uma sessão solene no Plenário, que contou com a presença de representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Foram lançados, ainda, um carimbo e um selo que reproduzem a estátua *A Justiça*, do artista plástico Alfredo Ceschiatti, localizada em frente ao edifício-sede do STF. Uma edição comemorativa da Carta Magna, um catálogo especial e uma exposição sobre as Constituições brasileiras também fizeram parte das ações do Tribunal para lembrar a data.

Os comandos constitucionais da Carta Magna também pautaram as quatro sessões de abertura e de encerramento do Ano Judiciário presididas por Dias Toffoli. O presidente sempre buscou enfatizar o papel da Corte na promoção do equilíbrio institucional entre os Poderes. "É a Justiça que harmoniza, com independência e com base na autoridade do Direito, da Constituição e das leis, os conflitos democráticos da sociedade. Sem Justiça não há paz social".

Representando o presidente da República, Jair Bolsonaro, o vice-presidente, Hamilton Mourão, salientou, em 2020, que a separação e a independência dos Poderes como princípios da democracia foram e são reafirmados, observados e praticados nas definições das políticas públicas do governo federal.



3.2.2020 – Vice-presidente da República, Hamilton Mourão, participa da sessão solene de abertura do Ano Judiciário. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*

RECONHECIMENTO

O Supremo Tribunal Federal homenageou, no Plenário, as três décadas de atuação na Corte dos ministros Celso de Mello e Marco Aurélio, empossados em 17.8.1989 e em 13.6.1990, respectivamente. Em artigo publicado na imprensa sobre o decano Celso de Mello, o presidente afirmou: "Suas intervenções nas sessões são históricas. Seus densos votos no Supremo Tribunal Federal são a expressão de um magistrado comprometido com a melhor causa da Justiça e com o Estado Democrático de Direito. Conviver com ele é saborear cultura, respeito e amizade".

Sobre Marco Aurélio, Dias Toffoli declarou que o considera um dos maiores juristas da história do País e responsável por dar voz aos posicionamentos minoritários da sociedade. "Vossa Excelência é, sem dúvida, uma das pessoas que mais contribuíram para a transparência do STF", disse o ministro ao fazer referência à lei de criação da TV Justiça sancionada por Marco Aurélio quando, à época, exerceu por um período a Presidência da República.

A passagem de Dias Toffoli pela Presidência do Supremo coincidiu com as comemorações de uma década de sua chegada à Corte. Para celebrar a data, foi lançado o livro "Democracia e Sistema de Justiça", em evento realizado no Salão Branco da Instituição. A obra foi coordenada pelo ministro Alexandre de Moraes e pelo então advogado-geral da União, André Luiz de Almeida Mendonça.

Durante sessão do Plenário, em nome do colegiado, o ministro Celso de Mello destacou a altíssima responsabilidade e o preparo com que o ministro Toffoli exerce a magistratura e a Presidência do órgão, não obstante os graves problemas nacionais com que o Supremo constantemente depara ao longo de sua prática jurisdicional. "Longe de desanimarem o espírito do magistrado responsável, atestam, de modo positivo, a sua competência e a sua capacidade como chefe nominal do Poder Judiciário de nosso País", disse o decano.



5.6.2019 – Ministros Dias Toffoli e Celso de Mello. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



23.10.2019 – Lançamento do livro "Democracia e Sistema de Justiça" em homenagem aos 10 anos do ministro Dias Toffoli no STF.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Os cinco anos do ministro Edson Fachin no STF também foram destacados pelo presidente Dias Toffoli durante sessão plenária. O ministro elogiou a forma rigorosa e discreta com que Fachin tem conduzido a relatoria dos processos da Operação Lava Jato, "com a firmeza, a independência, a imparcialidade, a seriedade e a vigilância necessárias ao regular avanço das investigações". O Supremo, em sessão solene, homenageou ainda o centenário de nascimento do ministro Djaci Falcão (1919-2012), que ficou por 22 anos na Corte, de 1967 a 1989.

Em um de seus primeiros atos à frente da Presidência, Dias Toffoli promoveu encontros para homenagear e ouvir a experiência de ministros aposentados – os ''ministros de sempre''. Ellen Gracie, Moreira Alves, Octavio Gallotti, Carlos Velloso, Nelson Jobim, Cezar Peluso, Ayres Britto e Joaquim Barbosa estiveram novamente no STF em reuniões com Toffoli e ministros da atual composição.

A gestão da Presidência de Dias Toffoli também foi reconhecida por diferentes segmentos da sociedade. Em 2018, juntamente com a ministra Cármen Lúcia e o ministro Luís Roberto Barroso, o presidente recebeu o Prêmio Direitos Humanos, concedido pelo governo federal a pessoas físicas ou jurídicas que se destacam na promoção e defesa dos Direitos Humanos. Em 2019, ao lado do ministro Gilmar Mendes, Toffoli foi agraciado com o I Prêmio Direitos Humanos do Distrito Federal.

Outras honrarias também foram concedidas ao presidente: uma placa da AGU em homenagem à sua atuação no órgão; o Troféu Raça Negra, outorgado pela Faculdade Zumbi dos Palmares; a Medalha Brigadeiro Tobias, destinada a personalidades militares e civis pelos atos relevantes prestados em benefício da Polícia Militar; a Medalha do Mérito Justiça & Cidadania, oferecida pela Confraria Dom Quixote e pela revista ''Justiça & Cidadania''; a condecoração Grã-Cruz da AGU, que foi concedida ainda ao ministro Teori Zavascki *in memorian*. A mesma solenidade agraciou a secretária-geral da Presidência do STF, Daiane Lira, com a medalha Grande Oficial.



17.9.2018 – Ministro Dias Toffoli recebe ministros aposentados.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



4.12.2019 – Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes recebem prêmio de direitos humanos. *Foto: Paulo H. Carvalho/Agência Brasília*



12.3.2020 – Secretária-geral da Presidência da Corte, Daiane Lira, foi homenageada pela AGU. Também foram condecorados o presidente do STF, Dias Toffoli, e o ministro Teori Zavascki (*in memorian*).
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

HOMENAGEM

Durante o biênio, alguns acontecimentos trágicos deixaram o País de luto, fatos que foram lamentados pelo ministro Dias Toffoli em comunicados oficiais, a exemplo da nota de pesar sobre a tragédia ocorrida em 2019 na cidade de Suzano (SP), em que estudantes e funcionários foram mortos na Escola Estadual Raul Brasil. ''(...) Violências como essa não fazem parte da nossa cultura. A juventude traduz futuro e esperança. Não podemos aceitar que o ódio entre em nossa sociedade'', assinalou.

O incêndio ocorrido no Centro de Treinamento do Flamengo, no Rio de Janeiro, também em 2019, que vitimou jovens atletas e funcionários, foi uma das tragédias lamentadas por Dias Toffoli, ocasião em que prestou solidariedade aos familiares das vítimas. Sobre o rompimento de barragem de rejeitos da mineradora Vale ocorrido no mesmo ano, o ministro enfatizou que ''essa lamentável tragédia humana e ambiental é uma prova dolorosa de que é preciso mais agilidade nas ações administrativas, políticas e jurisdicionais''.

A morte de algumas personalidades públicas também gerou manifestação do ministro Dias Toffoli. Em 2018, quando faleceu Sigmaringa Seixas, o presidente do STF destacou que o ex-deputado e jurista ''deixou sua marca como homem público, deputado constituinte e advogado primoroso, sempre pronto a lutar pelos Direitos Humanos, pela Democracia e pela liberdade em nosso País, trabalhando com humildade pelo bem comum, sem buscar os holofotes''.

O presidente também emitiu notas de pesar em virtude do falecimento da artista Bibi Ferreira e dos jornalistas Raymundo Costa, Clóvis Rossi, Paulo Henrique Amorim, Celso Pinto e Luiz Maklouf. Sobre Ricardo Boechat, que morreu em decorrência de um acidente de helicóptero, Toffoli destacou o dinamismo e a versatilidade do profissional e a contribuição para o jornalismo brasileiro.

Já o fotógrafo Gervásio Baptista, falecido em 2019 aos 95 anos, dedicou a vida à arte da fotografia, com quase 15 anos registrando os principais acontecimentos da Suprema Corte. Para a homenageá-lo, a gestão do ministro Dias Toffoli lançou um catálogo com as imagens mais marcantes de Gervásio.



Publicação especial em homenagem ao fotógrafo Gervásio Baptista.



4.10.2018 – Cerimônia de comemoração aos 30 anos da Constituição. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



4.10.2018 – Hino Nacional interpretado na versão para piano do maestro e pianista João Carlos Martins. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



4.10.2018 – Obliteração do carimbo comemorativo dos 30 anos da Constituição. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



4.10.2018 – Sessão solene em comemoração aos 30 anos da Constituição de 1988. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



12.12.2018 – Cerimônia de imposição da Ordem do Mérito da Segurança Pública. *Foto: Alan Santos/PR*



21.11.2018 – Presidente do STF recebe Prêmio Direitos Humanos 2018. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



7.11.2019 – Ministros Dias Toffoli e Marco Aurélio. Em sessão de junho de 2020, o Plenário homenageou os 30 anos do ministro Marco Aurélio na Corte. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



9.10.2019 – Ministros do STF são homenageados com Troféu Dom Quixote e Medalha do Mérito Justiça & Cidadania. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



21.11.2019 – Sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento do ministro Djaci Falcão. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



17.6.2020 – Ministros Dias Toffoli e Edson Fachin. Em sessão de junho de 2020, o Plenário homenageou os cinco anos do ministro Edson Fachin no Supremo. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



3.2.2020 – Solenidade "Abertura do Ano Judiciário" com a presença de autoridades dos Três Poderes. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



3.2.2020 – Sessão "Abertura do Ano Judiciário". *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



13.8.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe do Tribunal Superior do Trabalho medalha na categoria Grau Grão-Colar.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF e Giovanna Bembom/TST



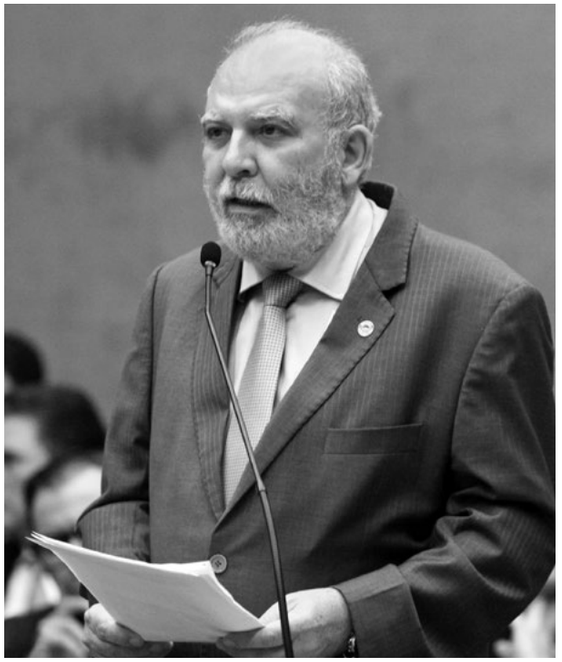
3.4.2019 – Dom Leonardo Steiner na sessão de entrega de manifesto em apoio ao STF. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*

"Não queremos apenas apoiar nossas instituições, queremos incentivá-las para que sempre prevaleçam a Justiça e o Direito. Ao preservarmos nossas instituições, nos preservamos como nação. Que possamos cuidar das nossas instituições."

Dom Leonardo Steiner
Secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)



3.4.2019 – Manifesto em defesa do STF: "A cada semana, persistentemente, incansáveis, os juízes do STF entregam Justiça a quem dela mais precisa, constróem um ambiente de segurança jurídica e de paz social que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país", então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



3.4.2019 – Manifesto em defesa do STF: "Os trabalhadores condenam qualquer radicalização e a cultura da intolerância e do ódio. Hoje é contra o STF e seus ministros, amanhã poderá ser contra todos. Exigimos respeito à democracia", presidente da Força Sindical, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Eduardo Torres. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



3.4.2019 – Manifesto em defesa do STF: "Não se pode calar os juízes: quando cair a independência do Poder Judiciário, aí sim há que se dizer que nossa democracia está em risco", presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



3.4.2019 – Manifesto em defesa do STF: "Se o Brasil precisa crescer, o papel do STF e do Poder Judiciário é insubstituível. Não se constrói uma nação desrespeitando as instituições", presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*

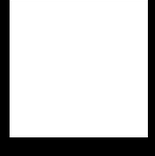


3.4.2019 – Manifesto em defesa do STF: "A reverência que nós, cidadãos brasileiros, devemos prestar ao STF e o respeito que devemos para com os seus integrantes é um respeito ao próprio valor de Justiça inserido no preâmbulo da Constituição", então advogado-geral da União, André Mendonça. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



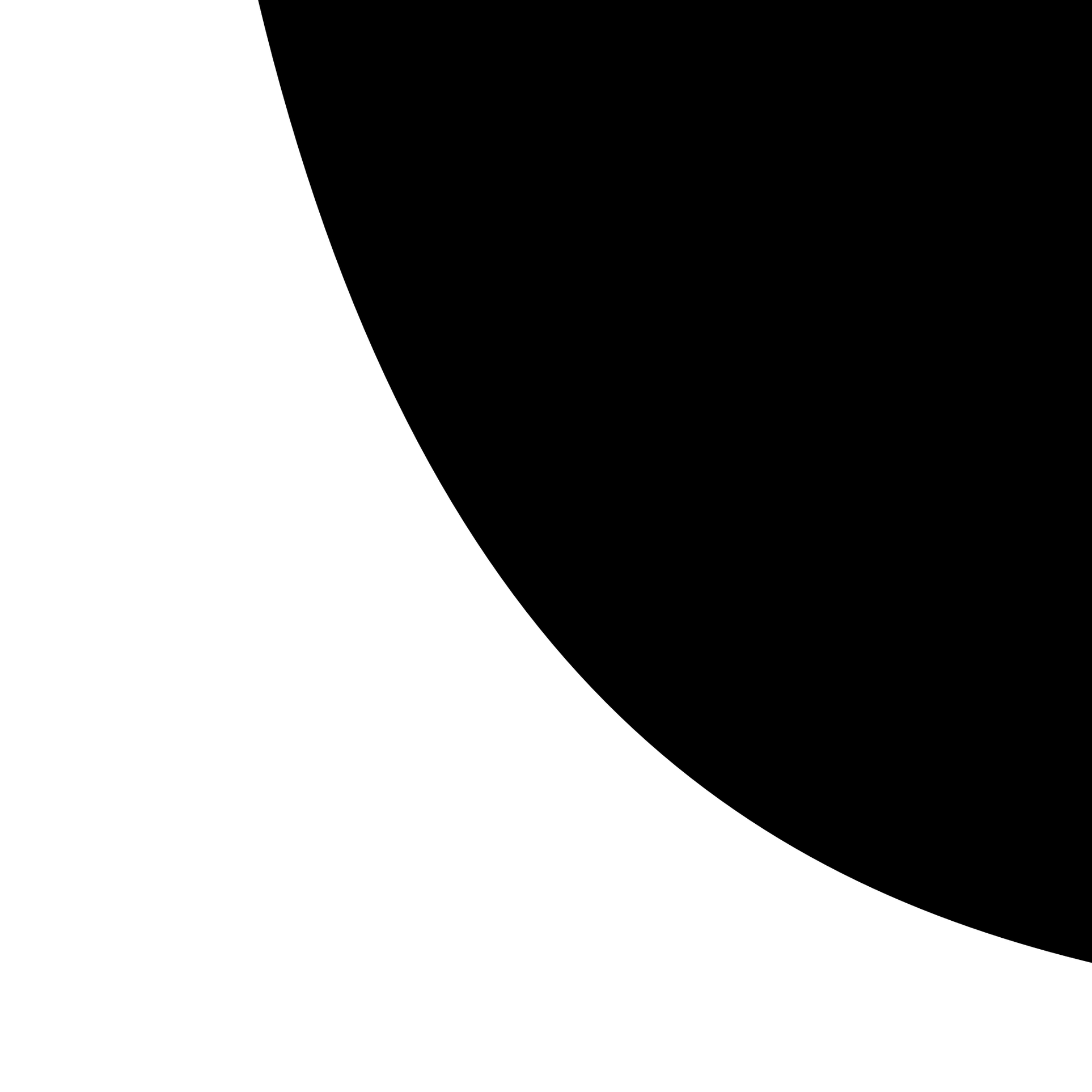
3.4.2019 – Manifesto em defesa do STF: "Queremos manifestar nosso apoio ao STF e dizer da importância da Justiça em nosso Estado Democrático de Direito, de maneira especial esta Casa, como guardiã da Constituição Federal, das garantias e liberdades dos direitos individuais, do equilíbrio e independência dos Poderes da República", presidente da Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil, Bispo Robson Rodovalho. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL





19.2.2020 – Sessão plenária do STF. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Segurança jurídica, previsibilidade e colegialidade. Essas diretrizes nortearam a gestão do presidente Dias Toffoli para a promoção da efetiva prestação jurisdicional. Nos dois anos em que esteve no comando da principal Corte do País, o ministro colocou em julgamento matérias complexas e sensíveis – casos que aguardavam anos para serem analisados e processos que dividiram a opinião pública tanto no Brasil quanto no cenário internacional.

Ao pautar tais temas, o presidente cumpriu o compromisso assumido no discurso de posse quando destacou o papel do Supremo Tribunal Federal na moderação dos conflitos políticos, sociais e econômicos; na garantia dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana; e na proteção dos vulneráveis e das minorias. ''O timoneiro seguro e prudente deste novo Poder Judiciário!'', declarou o presidente.



23.5.2019 – STF enquadra homofobia e transfobia como crimes.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Com o objetivo de dar ampla divulgação e levar à sociedade e aos operadores do Direito o conhecimento das ações da instituição, Dias Toffoli estabeleceu como política da gestão o anúncio antecipado do calendário e das pautas das sessões.

> ''O efeito multiplicador e o impacto social das decisões do Plenário reforçam a importância do conhecimento prévio, pela sociedade, dos temas que serão julgados. Além da conveniência para as partes envolvidas, a divulgação permite a todos os interessados, como instituições, pessoas físicas e organizações não governamentais, que se mobilizem em torno de questões de relevância social.''
>
> **Ministro Dias Toffoli**

DECISÕES

Dias Toffoli sempre ressaltou a importância do julgamento colegiado durante sua gestão à frente da Presidência. "Em um colegiado, não existem vencedores e vencidos, nem vitórias ou derrotas. Existe o plural", destacou já no seu discurso de posse. Houve casos em que a convergência dos ministros para algumas matérias foi quase absoluta, como no enquadramento da homofobia e da transfobia como crimes de racismo, e na declaração, por 10 votos a 1, da legalidade e da constitucionalidade do inquérito instaurado para investigar a existência de notícias fraudulentas, denunciações caluniosas e ameaças contra a Corte, ministros e familiares.

Em dois anos, o Supremo se debruçou sobre outros casos de igual relevância nas mais diversas áreas, como saúde, educação, trabalhista, eleitoral, previdenciária, tributária, fiscal e penal, passando por assuntos sobre liberdade de expressão, demarcação de terras indígenas e questões sociais. Entre as ações julgadas estão as que determinaram a responsabilidade solidária dos estados na assistência à saúde e também a não obrigatoriedade de o Estado fornecer medicamento sem registro da Anvisa, salvo em situações excepcionais.

A Corte declarou ainda a inconstitucionalidade de dispositivos de lei do Rio de Janeiro sobre compensação pela exploração de petróleo bem como de item da Reforma Trabalhista que permitia trabalho de grávidas e lactantes em atividades insalubres. O Plenário garantiu a possibilidade de remarcação do teste de aptidão física de concurso público para candidata grávida e o direito da gestante à estabilidade no emprego, independentemente do conhecimento prévio do empregador acerca da gravidez.



28.3.2019 – Por unanimidade de votos, o STF entendeu que a lei do Rio Grande do Sul que permite o sacrifício de animais em ritos religiosos é constitucional. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*

Na área eleitoral, o Supremo dirimiu conflitos, entre eles: a possibilidade do cancelamento do título do eleitor que não atendeu ao cadastramento biométrico obrigatório; a manutenção da distribuição de vagas remanescentes entre todos os partidos que disputam eleição; a competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes eleitorais e comuns que lhes forem conexos; a constitucionalidade do limite mínimo de votação individual na eleição proporcional e de regras para criação e fusão de partidos políticos; e o não cabimento de suspensão automática de partido político por ausência de prestação de contas.

O STF se posicionou pela constitucionalidade da suspensão de CNH de motorista profissional condenado por homicídio culposo por acidente de trânsito; do decreto de indulto natalino (2017); e do art. 283 do Código de Processo Penal, que condiciona o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado da sentença. Definiu normas para compartilhamento de dados sigilosos financeiros entre Banco Central (UIF), Receita Federal e órgãos de investigação, e assentou que corréus delatados têm o direito de apresentar alegações finais após o delator.

O Tribunal finalizou o julgamento da ação mais antiga em tramitação na Corte, ajuizada em 1968, em que foi reconhecida a validade dos títulos de domínio de imóveis emitidos pelo Estado de São Paulo no município de Iperó. O Supremo declarou, ainda, que a Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão competente para a demarcação de terras indígenas; que lei municipal não pode proibir transporte de passageiro por meio de aplicativos; e que insumos da Zona Franca de Manaus têm direito a crédito de IPI.

O Plenário assegurou a livre manifestação de ideias em universidades federais; a competência da justiça comum



12.3.2020 – Em sessão extraordinária, ministros julgam ação mais antiga em tramitação no STF.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

para analisar pedidos de alvará para a participação de crianças e adolescentes em representações artísticas; a impossibilidade de constrição judicial (bloqueio, penhora ou liberação em favor de terceiros) de receitas que estejam sob a disponibilidade do Poder Público; e a vedação de extinção por decreto de conselhos da administração pública federal previstos em lei.

Os ministros decidiram que edital de concurso não pode barrar candidato que responde a processo criminal; que o prazo para revisão de aposentadoria de servidor é de cinco anos da chegada do ato de concessão à Corte de Contas; e que aposentados que receberam benefício por desaposentação não precisam devolver o valor.

A Corte definiu ainda a constitucionalidade da URV no cálculo dos índices de correção monetária na implantação do Plano Real; que a revisão anual de remuneração de servidores depende de previsão na LDO e na LOA; que o não recolhimento contumaz de ICMS, quando haja dolo de apropriação, incide no tipo penal do art. 2°, II, da Lei 8.137/1990; a não exigência de autorização legislativa para a venda de subsidiárias de estatais; a constitucionalidade de distribuição de *royalties* de petróleo a municípios; e a responsabilidade civil objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho em atividades de risco.

Foram publicadas as Súmulas Vinculantes 57 e 58. A de número 57 diz que a imunidade tributária constante do art. 150, VI, *d*, da CF/1988 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (*e-book*) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (*e-readers*), ainda que contenham funcionalidades acessórias. Já a de número 58 indica que inexiste direito a crédito presumido de IPI relativo à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, o que não contraria o princípio da não cumulatividade.

SUPREMO VIRTUAL

Outra iniciativa da gestão do ministro Toffoli foi ampliar o Plenário Virtual, criado em 2007 pela então presidente Ellen Gracie. Em 2016, durante a gestão do ministro Ricardo Lewandowski, a ferramenta foi ampliada para que agravos internos e embargos de declaração pudessem ser levados a julgamento nas sessões virtuais. Em sessão administrativa de 18 de março de 2020, foi aprovada emenda regimental autorizando o julgamento virtual de todas as classes processuais de competência da Corte. Essa ampliação permitiu que, de 19 de março ao dia 1° de julho, o STF julgasse 6.927 processos colegiadamente.

No mandato de Dias Toffoli à frente da Presidência do STF, a modernização dos sistemas permitiu a verificação em tempo real do andamento do julgamento; o encaminhamento das sustentações orais de advogados e procuradores por meio eletrônico; a disponibilização na internet da íntegra dos votos dos ministros e das sustentações encaminhadas; a possibilidade de esclarecimentos de questões de fato durante a sessão; e o cômputo apenas dos votos expressamente manifestados pelos ministros no prazo de julgamento; entre outras medidas.



7.8.2020 – Painel de Julgamentos Virtuais permite acesso em tempo real às estatísticas atualizadas e gráficos dos julgamentos na modalidade virtual.

A ampliação e o aperfeiçoamento das funcionalidades do ambiente eletrônico se deram em razão da pandemia do coronavírus, com algumas dessas melhorias implementadas a partir de sugestões de advogados, procuradores e defensores. Outro passo dado no sentido da transparência e da garantia de acesso à informação foi a disponibilização do Painel de Julgamentos Virtuais no portal do STF. A ferramenta facilita o acesso dos usuários a informações atualizadas acerca das decisões colegiadas virtuais, permitindo a geração de relatórios de forma automática. Para a secretária-geral da Presidência do STF, Daiane Lira, ''todas essas ferramentas e melhorias evidenciam o compromisso da Suprema Corte do País com a eficiência, a celeridade, a publicidade, a transparência, o contraditório e o amplo exercício do direito de defesa''.

Vale destacar que o Supremo já vinha trabalhando para aumentar a capacidade de julgamento nessa área, haja vista a quantidade de processos que chegam todos os anos ao Tribunal. ''Não existe Suprema Corte no mundo que julgue tanto como a do Brasil'', assinalou o presidente.

Ainda em 2019, uma proposta aprovada em sessão administrativa já havia ampliado o rol de ações passíveis de apreciação pelo Plenário Virtual. Autor da proposta, o presidente do Supremo defendeu à época a inclusão de um maior número de classes processuais: ''É salutar para a gestão processual e para a prestação jurisdicional, na medida em que coloca em evidência o postulado da duração razoável dos processos, otimizando, ademais, as pautas dos órgãos colegiados da Corte, que contam com inúmeros feitos que aguardam julgamento''.



6.6.2019 – Sessão administrativa do STF. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*

CELERIDADE E RESPONSABILIDADE

Desde setembro de 2018, as equipes do ministro Dias Toffoli procuraram adotar as melhores práticas e implementar as mais diversas soluções na área jurídica, com o objetivo de otimizar e racionalizar o trabalho para proporcionar uma efetiva entrega ao jurisdicionado.

Nesse sentido, a partir da identificação de que a análise de 99,4% dos recursos extraordinários com agravo (ARE) pelo STF resultava na manutenção das decisões da instância de origem, o presidente formalizou a criação dos núcleos de recursos (NARE) e de repercussão geral (NURG) e a especialização das equipes técnicas da Secretaria Judiciária. Essa mudança de estrutura foi apresentada, no início da gestão, aos tribunais pela secretária-geral da Presidência, Daiane Lira, pelo assessor-chefe do NURG, Carlos Alberto Gonçalves, e pela assessora-chefe do NARE, Lucilene Rodrigues Santos, em evento realizado no Superior Tribunal de Justiça.

Como fruto dessa nova dinâmica, a Presidência passou a analisar 100% dos agravos interpostos contra decisões de inadmissão de recursos extraordinários que chegaram ao Tribunal, além de reforçar a análise da existência de temas de repercussão geral nos processos. Esse trabalho evitou, em 2020, a distribuição aos ministros de 73% dos recursos recebidos na Corte. Segundo Daiane Lira, secretária-geral da Presidência, "esse projeto contribuiu para que os ministros se concentrassem na análise de questões constitucionais de maior relevância e complexidade, reforçando a vocação verdadeiramente constitucional do STF, sem prejuízo da efetiva prestação jurisdicional".

A Presidência também realizou visitas institucionais às unidades da Federação e se reuniu com juízes e servidores dos tribunais e juizados especiais para divulgar as orientações acerca do juízo de admissibilidade e consolidar a sistemática da repercussão geral, além de ministrar cursos de capacitação sobre o tema para servidores de tribunais nos estados e no próprio STF. "Esse modelo reforça o papel dos tribunais de segunda instância e dos juizados especiais na consolidação da sistemática da repercussão geral; e favorece a interlocução com os órgãos responsáveis



8.10.2018 – O assessor-chefe do Núcleo de Repercussão Geral, Carlos Alberto Gonçalves, e a secretária-geral da Presidência, Daiane Lira, em evento no STJ. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



8.10.2018 – Lucilene Rodrigues Santos, assessora-chefe do Núcleo de Análise de Recursos do STF, em *workshop* no STJ sobre repercussão geral, casos repetitivos e incidente de assunção de competência. *Foto: Lucas Pricken/STJ*

pelo juízo de admissibilidade do recurso extraordinário'', defendeu Lucilene Rodrigues Santos, assessora-chefe do NARE. Como resultado dessas iniciativas, ocorreu a inversão de uma tendência da última década de aumento de recebimento de recursos no STF. Em 2019, a redução foi de 11% e, em 2020, já alcança quase 40%.

É importante destacar também as relevantes mudanças realizadas pela Emenda Regimental n.° 54, de 1° de julho de 2020, as quais, aprovadas em sessão administrativa eletrônica, alteraram ou acresceram trinta dispositivos ao Regimento Interno do STF. A emenda consolidou, no âmbito da Presidência da Corte, a gestão da repercussão geral e a análise dos recursos manifestamente incabíveis; enfatizou a atuação colegiada da Corte, exigindo-se a submissão a referendo do Plenário das decisões de urgência, quando estiver em questionamento ato do presidente da República, do presidente da Câmara dos Deputados, do presidente do Senado Federal e do presidente do Supremo Tribunal Federal; fortaleceu a sistemática da repercussão geral, conferindo maior efetividade a esse instituto tão relevante para a jurisdição constitucional do País; além de outras importantes inovações quanto aos prazos de devolução dos pedidos de vista, à maior celeridade na publicação de acórdãos e à dinâmica de julgamentos.

Outra iniciativa da gestão foi firmar um acordo de cooperação técnica com a Defensoria Pública da União (DPU) para acelerar as respostas às cartas de presos hipossuficientes, enviadas à Central do Cidadão do STF em busca de *habeas corpus*. Desde a assinatura do convênio, estão sendo encaminhadas à DPU as correspondências para as devidas providências processuais e extrajudiciais de presos em busca de informações processuais e de benefícios em processos criminais.

Em agosto de 2020, o ministro Dias Toffoli editou resolução criando o Centro de Mediação e Conciliação (CMC), responsável pela busca e implementação de soluções consensuais nos processos em andamento na Corte. O CMC é subordinado diretamente à Presidência do Tribunal e buscará, mediante mediação ou conciliação, a solução de questões jurídicas sujeitas à competência do STF que, por sua natureza, a lei permita a solução pacífica. A tentativa de conciliação poderá ocorrer nas hipóteses regimentais de competência da Presidência ou a critério do relator, em qualquer fase processual. A referida resolução, segundo o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do CMC, Márcio Antonio Boscaro, ''veio consagrar, no âmbito do STF, uma das normas fundamentais do novo Código de Processo Civil, que prevê, em seu art. 1°, § 2°, que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos''. Com a edição dessa resolução e com a ampla publicidade que tem sido dada à criação do CMC no STF, ''acredita-se que os operadores do Direito se sentirão estimulados a buscar a conciliação, em processos que se encontram tramitando em nossa Suprema Corte e eles podem ter certeza de que aqui encontrarão, no Centro de Mediação e Conciliação, um órgão devidamente aparelhado e preparado para, de imediato, realizar sessões na busca de uma saída consensual para os litígios'', concluiu o coordenador.

As medidas adotadas pela Presidência do ministro Toffoli fizeram que o Tribunal atingisse o menor acervo processual dos últimos 24 anos, com 29.285 processos, uma redução de 30%. ''Estaremos, nesses dois anos, nos dedicando de corpo e alma com essa equipe do Supremo e do CNJ para poder fazer o máximo e o melhor possível, para que nós possamos terminar a nossa gestão entregando uma Justiça muito mais ágil, muito mais célere e também uma Justiça que não se descurou em uma sociedade desigual, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista regional, de todos esses seus grandes problemas'', afirmou o presidente no início da gestão.



27.9.2018 – Sessão administrativa do STF. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



14.8.2019 – Sessão administrativa do STF. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



18.3.2020 – Sessão administrativa no Plenário do STF. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



20.11.2019 – Sessão administrativa do STF. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



31.10.2018 – Plenário referenda liminar que garantiu livre manifestação de ideias em universidades. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



7.11.2019 – Ministros chegam à sessão extraordinária que decidiu que o cumprimento da pena deve começar após esgotamento de recursos.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

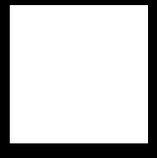


21.5.2020 – O presidente Dias Toffoli e a assessora-chefe do Plenário, Carmen Lilian Oliveira de Souza, em sessão plenária do STF.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



6.12.2018 – Assinatura de termo de cooperação entre o STF e a DPU para dar adequado tratamento às correspondências de pessoas privadas de liberdade.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

GESTÃO ADMINISTRATIVA





1°.10.2019 – Outubro Rosa. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em função do volume e da complexidade crescentes de demandas apresentadas à Corte, um novo modelo de gestão foi instituído a partir de setembro de 2018. Nessa nova formatação, o Tribunal se concentrou em promover melhorias físicas e estruturais na Casa, em estabelecer novo modelo de gestão por processo de trabalho, na modernização da estrutura orgânica, no aproveitamento de recursos para a transformação de cargos comissionados de ocupação exclusiva de servidores efetivos, na capacitação de servidores e na formalização e criação de novas unidades.

Destacaram-se, ainda, a regulamentação do trabalho remoto, o projeto de dimensionamento da força de trabalho, a revitalização da fachada do edifício-sede, a ampliação do museu, a parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF) para a gestão da Praça dos Três Poderes, a inauguração da livraria do Supremo e a recomposição do padrão histórico de acesso das autoridades à garagem pelo túnel pantográfico.

> "Avançamos, a passos largos, no sentido da eficiência. Estamos decidindo mais, em menos tempo e, consequentemente, baixando mais processos, sem prejuízo da qualidade da prestação jurisdicional. Fizemos isso a despeito da diminuição real de 20% no orçamento da Corte (em relação a 2009), evidenciando o uso mais eficiente dos recursos públicos."
>
> **Ministro Dias Toffoli**



31.1.2020 – Obras no edifício-sede do STF. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



3.6.2020 – Obras no edifício-sede do STF. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*

REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA

No dia 27 de setembro de 2018, os ministros do STF aprovaram, em sessão administrativa, a nova estrutura orgânica do Tribunal. A reestruturação foi decorrência natural da necessidade de reagrupamento das atividades de apoio jurisdicional, institucional e administrativo, com as correspondentes assessorias e secretarias subordinadas à Secretaria-Geral da Presidência, ao Gabinete da Presidência e à Direção-Geral. Partindo-se dessa premissa, foram feitas importantes mudanças no Tribunal, como a transformação da Assessoria de Gestão Estratégica em Secretaria e a criação de seus escritórios de Processos e Qualidade e de Análise Estratégica.

A modernização do Sistema de Controles Internos passou a adotar a sistemática do *Institute of Internal Auditors*, implementando novo modelo que extinguiu a antiga Secretaria de Controle Interno (SCI) e criou a Auditoria Interna ligada diretamente à Presidência e com escopo de atuação específica. Com a mudança, foram implantados núcleos de gestão de contratos, divididos em razão da natureza de seus objetos.

Houve ainda a eliminação das subdivisões operacionais da estrutura orgânica do Tribunal, com a redução de setores e cargos para priorizar os processos de trabalho. A adoção desse formato teve como consequência a descentralização das decisões sobre a distribuição das funções comissionadas nas secretarias, conferindo maior liberdade ao gestor para destinar recursos para as atividades mais alinhadas ao planejamento estratégico.

Em 2018 também ocorreu a formalização dos núcleos de recursos (NARE) e de repercussão geral (NURG) no organograma da Presidência para que os setores se dedicassem exclusivamente à análise dos recursos e agravos interpostos contra decisões de inadmissão de recurso extraordinário que chegam à Corte. Essa medida desonerou os gabinetes dos ministros da análise desse tipo de ação.

Ainda em 2018, foi criado o Comitê de Responsabilidade Socioambiental, que uniu a *expertise* de diferentes unidades do Tribunal, com o objetivo de empregar olhares distintos para a questão e promover o sentimento de pertencimento à causa socioambiental, uma das diretrizes da Administração do Supremo. Em 2019, o ministro Dias Toffoli editou resolução criando o Comitê de Uniformização de Dados e Procedimentos Judiciais, vinculado à Secretaria-Geral da Presidência, para decidir sobre conceitos, regras e procedimentos relativos à coleta, classificação e análise de dados da prestação jurisdicional do STF, com vista à uniformização e transparência da informação apresentada aos públicos interno e externo.

A criação da Assessoria de Comunicação (ACO) – responsável pelo relacionamento com a imprensa e pela preservação e divulgação da imagem institucional da Presidência e da Vice-Presidência – e a ampliação da Central do Cidadão, com vinculação direta à Presidência, também são desdobramentos da reestruturação orgânica do Tribunal.



12.7.2019 – Central do Cidadão passa a ser vinculada à Presidência.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

AÇÕES ESTRATÉGICAS

O presidente estabeleceu a missão e a visão estratégica do STF, bem como os princípios orientadores da gestão e as diretrizes relacionadas ao biênio 2019-2020, por meio da Portaria 75/2019. A partir dessa normatização, a Alta Administração estabeleceu o direcionamento de todos os aspectos relacionados à gestão, bem como a orientação para todos os servidores, com ênfase nos princípios da segurança jurídica, eficiência, transparência, responsabilidade, participação social, cooperação, foco em resultados, inovação contínua, governança e valorização das pessoas.

Dentre as prioridades, destacam-se a modernização administrativa, a celeridade processual, um melhor fluxo de trabalho, o foco na automação e o uso de ferramentas tecnológicas para facilitar e auxiliar os servidores e colaboradores no exercício das suas atribuições.

Para garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas, o Tribunal buscou promover o diálogo entre os dirigentes, como o encontro de alinhamento estratégico. ''O presidente Dias Toffoli sempre foi um entusiasta da moderna gestão de pessoas e de processos, bem como do trabalho em equipe'', declarou o chefe de gabinete da Presidência, Sergio Braune.

Outra iniciativa foi a criação do projeto ''Café com ideias'' para estimular, a partir de encontros semanais com dirigentes, assessores e servidores, a proposição de melhorias, a identificação de desafios e obstáculos vivenciados nos processos de trabalho, de modo a garantir um ambiente de trabalho participativo e cooperativo.

O Tribunal instituiu, ainda as Políticas de Gestão da Estratégia, de Gestão de Processos de Trabalho, de Gestão de Riscos



8.2.2019 – Ministro Dias Toffoli participa de reunião de trabalho para discutir metas do Supremo para 2019. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*

e de Gestão de Programas e Projetos do STF. O objetivo foi implementar mecanismos de liderança, estratégia e controle essenciais às boas práticas de governança, promovendo mudanças e agregando valor às atividades do STF perante a sociedade. Com foco no fortalecimento do processo de tomada de decisão, integração das ações e estímulo à participação, a nova política instituiu, ainda, o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal (CGE/STF).

Foram lançadas as bases para a elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2025, iniciativa considerada de extrema importância pelo presidente Dias Toffoli. "Para alcançarmos o ideal de Justiça, é necessário planejar o futuro, identificando os temas estratégicos que irão configurar e conformar o Supremo Tribunal Federal às demandas dos jurisdicionados e da nossa sociedade", enfatizou.

O STF firmou parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para dimensionar a força de trabalho no Tribunal, com objetivo de identificar as necessidades dos diferentes setores da Corte e definir o quantitativo ideal de servidores para o desenvolvimento das atividades em cada unidade. A ideia é preparar a Corte para atender de forma moderna e racional as demandas atuais e futuras, selecionando pessoas com perfil adequado, na quantidade necessária e nos lugares certos ao longo do tempo.

MELHORIAS ESTRUTURAIS

As ações de modernização da Casa incluíram a estrutura física do Supremo Tribunal Federal. Pela primeira vez em 60 anos da construção do edifício-sede, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, as esquadrias e os vidros do edifício principal foram trocados para garantir maior segurança sem alterar o projeto arquitetônico concebido por Oscar Niemeyer.

A Corte restabeleceu ainda o projeto original do túnel pantográfico de acesso das autoridades, que será utilizado para embarque e desembarque dos ministros, principalmente, nos dias de sessão no Plenário. Essa medida permitiu melhores condições de trabalho para a equipe da TV Justiça, que vinha utilizando o local de forma precária e improvisada para a produção de conteúdo.



26.8.2019 – Inauguração da nova iluminação externa do STF.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

O edifício-sede também passou por melhorias em sua iluminação com aumento da segurança e redução no consumo de energia. A obra, fruto de convênio entre o Supremo e o Governo do Distrito Federal, compreendeu a troca de luminárias, o uso de lâmpadas de LED, além de cabeamento e arcabouço dos 144 refletores do Tribunal. Os jardins do Tribunal ganharam ainda novos serviços de paisagismo e de irrigação para revitalização da área verde do STF.



26.8.2019 – Nova iluminação do edifício-sede. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*

EXPANSÃO DO MUSEU E NOVA LIVRARIA



25.9.2019 – Ministro Dias Toffoli apresenta aos ministros pré-projeto para redimensionamento do Museu do STF. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

Em sessão administrativa, realizada em 24 de outubro de 2019, os ministros aprovaram a expansão do atual museu da Corte. Ele será ampliado para assegurar o acesso da sociedade ao acervo arquitetônico, artístico e histórico do Tribunal e dar visibilidade, por exemplo, a exposições que contribuam para a promoção da cidadania, da justiça e da compreensão da Constituição Federal. O projeto do novo museu, já apresentado aos ministros do Supremo e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi idealizado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha e redimensiona o espaço dos atuais 159 m^2 para 1.500 m^2 a partir da readequação dos ambientes existentes no subsolo do edifício-sede, com espaço de convivência e integração total com a Praça dos Três Poderes.



12.2.2020 – Reunião entre STF, Iphan e o arquiteto Paulo Mendes da Rocha sobre projeto de expansão do Museu do Tribunal. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



27.6.2019 – Solenidade de inauguração da nova Livraria do Supremo. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*

A ampliação do museu está sendo feita por etapas. As duas primeiras fases envolvem modificações internas no subsolo do prédio principal, onde será instalada a parte expositiva do museu. A terceira fase trata de intervenções externas no edifício-sede que compreendem a entrada do museu, um café, uma área de convivência e a livraria. ''A preservação da memória e do acervo histórico da Corte é tão importante quanto possa ser a memória para qualquer processo educativo'', defendeu Paulo Mendes da Rocha.

Localizada na entrada do Anexo I do STF, a nova livraria do Tribunal oferece grande diversidade de publicações, editoriais, coletâneas e audiolivros. O local preserva ainda a memória institucional da Corte, além dos catálogos de obras raras e de composições do Plenário. Com a inauguração, a livraria passou a ser a parte final das visitas monitoradas no STF.

''Trata-se, portanto, de empreendimento social, sem fins lucrativos e de importante canal de comunicação do STF com a sociedade'', destacou o presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, ao lembrar que, atualmente, clientes cadastrados recebem informativos, por *e-mail*, sobre os lançamentos disponíveis na livraria.

TRABALHO REMOTO

Em outubro de 2018, durante solenidade em homenagem ao Dia do Servidor Público, o presidente Dias Toffoli assinou resolução que regulamentou o teletrabalho na Corte. Esse foi um dos caminhos adotados pelo Tribunal para aperfeiçoar a prestação jurisdicional e os serviços prestados à sociedade. Entre outros aspectos, o documento consolidou parâmetros de aferição de resultados e deu mais autonomia às unidades do STF para a implantação do trabalho remoto.

Durante a pandemia do novo coronavírus, a edição de uma nova e mais ampla resolução possibilitou que essa modalidade alcançasse 80% do quadro funcional. Com a ampliação de atividades realizadas a distância, tornou-se indispensável adequar esse modelo de gestão às mudanças implementadas, permitindo a plena integração entre as formas presencial e remota. Assim, o STF instituiu, em fase de experiência, uma combinação de boas práticas e princípios de liderança virtual, inspiradas nas chamadas ''metodologias ágeis''.

Os objetivos da nova resolução geraram resultados mais impactantes na Administração do Tribunal. A norma detalha uma série de medidas a serem adotadas para o controle de tarefas e resultados das equipes: planejamento sistemático de atividades, reuniões periódicas e definição de ambiente de comunicação *on-line*.

A adoção desse modelo não resultou em aquisição de equipamentos e manteve as atividades que exigem necessariamente a presença de servidores e colaboradores, como o atendimento ao público.



29.10.2018 – Presidente Dias Toffoli assina resolução que regulamenta o teletrabalho na Corte.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

CAPACITAÇÕES

No período de setembro de 2018 a setembro de 2020, o Supremo promoveu *workshops* e capacitações com o propósito de aprimorar o processo de definição e gestão da estratégia organizacional, dos processos de trabalho e dos projetos do Tribunal.

Os servidores puderam assistir a palestras de autores renomados, como o jornalista e historiador Laurentino Gomes, que, em 2019, abordou "A construção do Brasil, da Independência à República". Ele é autor da trilogia *best-seller* "1808", "1822" e "1889", que contam a história da chegada da Família Real Portuguesa, da Independência do Brasil e da Proclamação da República.

Dentro do Plano de Capacitação de 2019, Augusto Cury também ministrou uma palestra, no Tribunal, sobre gestão de emoções em que apresentou informações curiosas, casos reais, conceitos pragmáticos e um conjunto de técnicas para lidar com a emoção.



29.4.2019 – Palestra "O Código da inteligência" com Augusto Cury. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



26.8.2019 – STF recebeu o palestrante Leandro Karnal para tratar do tema "Planejamento e estratégia: o futuro começa agora". *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

Já o historiador Leandro Karnal participou da abertura dos trabalhos do novo Planejamento Estratégico (2021-2025), incentivando os servidores a traçarem suas próprias estratégias para o futuro. Na visão de Karnal, são as decisões de agora que vão determinar a qualidade do futuro de cada um.

TECNOLOGIA A SERVIÇO DE TODOS

O Supremo concentrou esforços em projetos de tecnologia e ferramentas inovadoras. Por meio do Plano de Transformação Digital foram implementadas ações que convergiram em uma mesma finalidade: julgar processos com mais qualidade, celeridade e confiabilidade. "Foi um período muito intenso e gratificante, pois a área de TI teve prioridades bem definidas e patrocínio adequado por parte da Alta Administração, o que permitiu o investimento em produtos que realmente ajudam a transformar o Tribunal", pontua Edmundo Veras, secretário de Tecnologia da Informação (STI).

O STF-Digital foi uma iniciativa da STI com o objetivo de disponibilizar uma única plataforma tecnológica capaz de suportar a automatização do processo judicial no Tribunal de forma flexível, centralizada e integrada. A plataforma já se encontra implantada e com várias ferramentas comuns ao fluxo do processo judicial desenvolvidas.

Dentre as inovações já implementadas está o Projeto "Admissibilidade", recurso tecnológico que agrupa processos similares, realiza contagem de prazos, gera automaticamente a decisão de admissibilidade no âmbito da Presidência e gerencia tarefas no âmbito do STF-Digital. Esse modelo exigiu a instituição de um sistema de questionários automatizado para otimizar o fluxo dos recursos que ingressam no Supremo. Os servidores da área responsável pelo recebimento e análise dos recursos passaram a preencher três questionários que identificam a existência de eventuais vícios e o enquadramento em temas de repercussão geral. Após a conclusão da análise pela equipe técnica, o sistema gera automaticamente uma minuta de despacho ou decisão aprovada pelos núcleos da Presidência e encaminhada para deliberação do presidente do STF.

Com o projeto, todo o fluxo de tramitação das classes recursais analisadas pela Presidência foi automatizado, desde a autuação do processo até a divulgação no DJe. Em agosto de 2020, o presidente Dias Toffoli estabeleceu, por resolução, um novo formato do DJe no STF, em versão HTML, com o objetivo de viabilizar a divulgação e a publicação automática dos atos judiciais e administrativos do Tribunal. A nova plataforma substituirá gradualmente o formato atual do DJe.

Também foi lançado o primeiro aplicativo do Supremo Tribunal Federal. Aderente à expansão do universo *mobile* e buscando atingir um novo nível de transparência, o aplicativo, chamado STF Digital, foi desenvolvido para permitir que a sociedade possa consultar processos, andamentos processuais e petições de forma rápida e simples usando dispositivos móveis. Essa é apenas a primeira versão de uma ferramenta que permitirá que a Suprema Corte aumente, ainda mais, o acesso à justiça para os cidadãos.

Em 2018, ainda na gestão anterior, o Tribunal apresentou o Victor, ferramenta de inteligência artificial criada em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A tecnologia tem por função a conversão de imagens em textos no processo digital, a separação e classificação das peças processuais mais utilizadas nas atividades do STF e a identificação dos temas de repercussão geral de maior incidência. O nome do projeto foi uma homenagem a Victor Nunes Leal, ministro do STF de 1960 a 1969, principal responsável pela sistematização da jurisprudência do Tribunal.

O Supremo também realizou a primeira contratação do Tribunal com base na legislação de incentivo à inovação tecnológica para desenvolvimento de módulo do PJe (processo eletrônico do Conselho Nacional de Justiça – CNJ) para a interposição, a tramitação e o monitoramento de todos os recursos extraordinários e especiais do País. O objetivo da contratação foi a integração plena dos diversos

sistemas processuais eletrônicos existentes no País com aqueles utilizados pelo STF e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A iniciativa possibilitará a uniformização dos juízos de admissibilidade, reduzindo o tempo de tramitação processual, e permitirá maior aproveitamento dos recursos humanos e materiais de todos os tribunais brasileiros. A previsão, é, ainda, aprimorar o monitoramento nacional de causas de grande impacto que dependam da atuação do STF ou do STJ.

''É, sem dúvida, o maior projeto de inovação tecnológica do Poder Judiciário e só reforça o papel do Supremo na adoção de boas práticas que, além de contribuírem para a eficiência e a celeridade da Justiça, servem de inspiração para que gestores de outros órgãos públicos adotem soluções inovadoras para a melhoria da prestação dos serviços públicos em geral'', declarou o diretor-geral, Eduardo Toledo.

O STF também disponibilizou nova página de pesquisa de jurisprudência, que foi totalmente reformulada para simplificar o acesso e oferecer mais opções para os usuários do serviço. O novo sistema permite a realização de cadastro, e, uma vez logado no sistema, o usuário pode salvar os resultados da pesquisa, a fim de consultá-los a qualquer momento. Outras melhorias estão sendo implementadas a partir da utilização de inteligência artificial no cadastramento da jurisprudência, na identificação de acórdãos e decisões idênticos ou semelhantes e da legislação citada. A inteligência artificial também auxiliará na coleta de dados sobre o comportamento dos usuários, o que permitirá aperfeiçoar a experiência individual na pesquisa de jurisprudência.

A Constituição e o Supremo, que traz o texto constitucional anotado com a jurisprudência do STF, também recebeu nova versão no portal do STF. Foram implantadas diversas melhorias no sistema, a fim de aprimorar o acesso ao usuário, com um formato mais adequado para dispositivos móveis, aparência mais amigável, leiaute contemporâneo e forma de pesquisa moderna e eficiente.

Em julho de 2020, com o objetivo de atualizar regras de tramitação processual, Dias Toffoli editou uma resolução que determina que todos os processos originários ajuizados no Tribunal devem ser protocolados por meio eletrônico. Apenas será admitida a tramitação em meio físico de ação cautelar criminal, ação penal, extradição, inquérito, prisão preventiva para extradição e outros processos com grau de confidencialidade ''sigiloso''. Os pedidos de *habeas corpus* também podem ser encaminhados ao STF em meio físico, mas terão de ser digitalizados antes da autuação e convertidos para o meio eletrônico.

O objetivo da resolução é permitir que os sistemas judiciais passem a refletir os avanços tecnológicos da última década.

> ''Estamos realizando uma profunda transformação no processo eletrônico, necessária para acompanhar a evolução tecnológica obtida pelo STF e a nova realidade digital. 95% dos processos do Supremo já tramitam em meio eletrônico. Com as mudanças, será possível alcançar a meta de ter o Supremo 100% digital.''
>
> **Ministro Dias Toffoli**



25.9.2019 – Presidente Dias Toffoli e o arquiteto Paulo Mendes da Rocha.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



27.6.2019 – Presidente e equipe na inauguração da nova Livraria do Supremo.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



26.8.2019 – Nova iluminação do STF. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



26.8.2019 – Ministro Dias Toffoli e Leandro Karnal. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



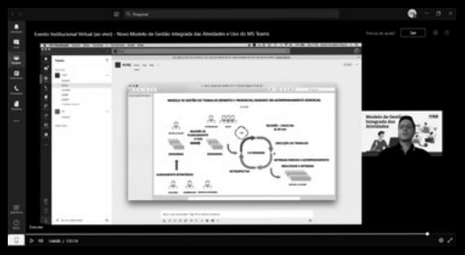
14.6.2019 – Ministros Dias Toffoli e Edson Fachin em palestra proferida pelo historiador Laurentino Gomes. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



6.9.2019 – Projeto Café com Ideias promoveu encontros de servidores do Tribunal com a alta administração. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



5.8.2020 – Assinatura de Atos para Curadoria e Construção do Museu do Supremo Tribunal Federal. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



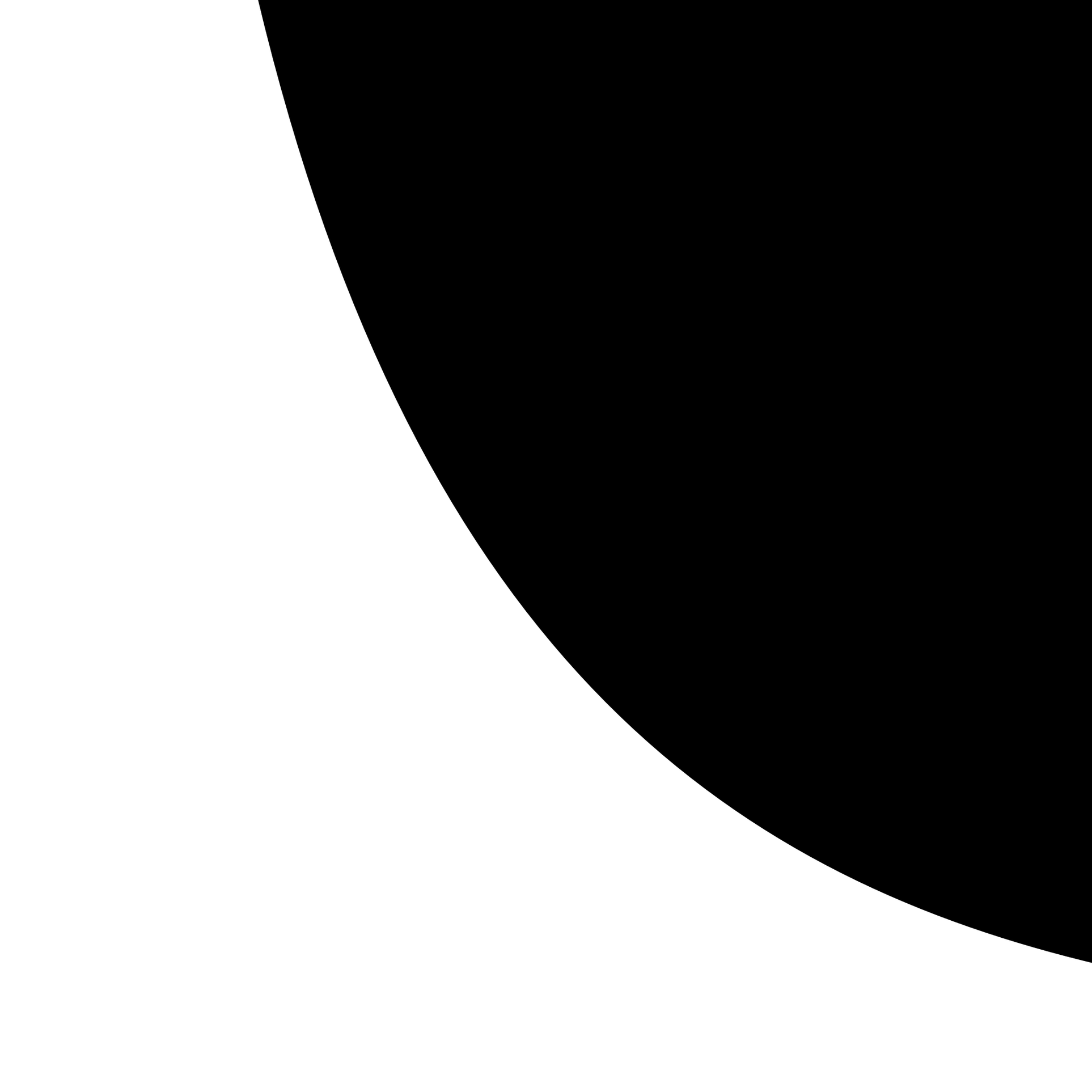


22.5.2020 – Apresentação do modelo de gestão integrada das atividades e do uso da ferramenta *Teams*.

PANDEMIA COVID-19



10.6.2020 – Presidente do STF chega ao Plenário para sessão por videoconferência. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



PANDEMIA COVID-19

Desde o momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do novo coronavírus, o Sars-Cov-2, o Supremo estabeleceu uma série de medidas para manter a prestação jurisdicional ao cidadão e ao mesmo tempo garantir a segurança e a saúde dos servidores, dos colaboradores e do público que frequenta a Corte. A partir de normativos assinados pelo presidente Dias Toffoli nas esferas judicial e administrativa, como a Resolução n.º 663, de 12 de março de 2020, o Tribunal definiu diretrizes para facilitar o distanciamento social na instituição.

Com o avanço da Covid-19, houve a necessidade de ampliar e atualizar os regulamentos do Tribunal para a realização de sessões do Plenário e das Turmas por videoconferência; suspensão dos prazos processuais de processos físicos e do atendimento ao público; instituição de trabalho remoto para atividades compatíveis; e descontinuidade de serviços internos incompatíveis com a atuação presencial de servidores, mantendo somente aqueles considerados essenciais.

Em abril de 2020, após decreto do Governo do Distrito Federal, tornou-se obrigatório o uso de máscara e a medição de temperatura corporal como condição de ingresso na Corte.

O ministro Dias Toffoli sempre defendeu a necessidade de seguir a ciência no combate à pandemia e a observância das recomendações das autoridades de saúde. ''Temos que ir na linha do suporte técnico e científico, na área da racionalidade, e o distanciamento parece ser o meio mais eficaz para abaixar a curva de quem necessita do sistema de saúde'', destacou à época.

A Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) do STF remodelou seus esforços para atuar efetivamente na prevenção, com ações de educação em saúde; e, no trabalho de vigilância epidemiológica, atuou para identificação tempestiva e monitoramento de casos suspeitos ou confirmados.

''O objetivo é conter a propagação do vírus, evitar o adoecimento, promover a confiança e a segurança no ambiente de trabalho, como também acolher as pessoas, apoiá-las e tranquilizá-las nesse momento especial'', destacou o secretário do SIS, Marco Polo Dias Freitas, lembrando que essas medidas seguem indicações das autoridades sanitárias e das resoluções do STF.



15.4.2020 – Ministro Dias Toffoli preside sessão por videoconferência.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

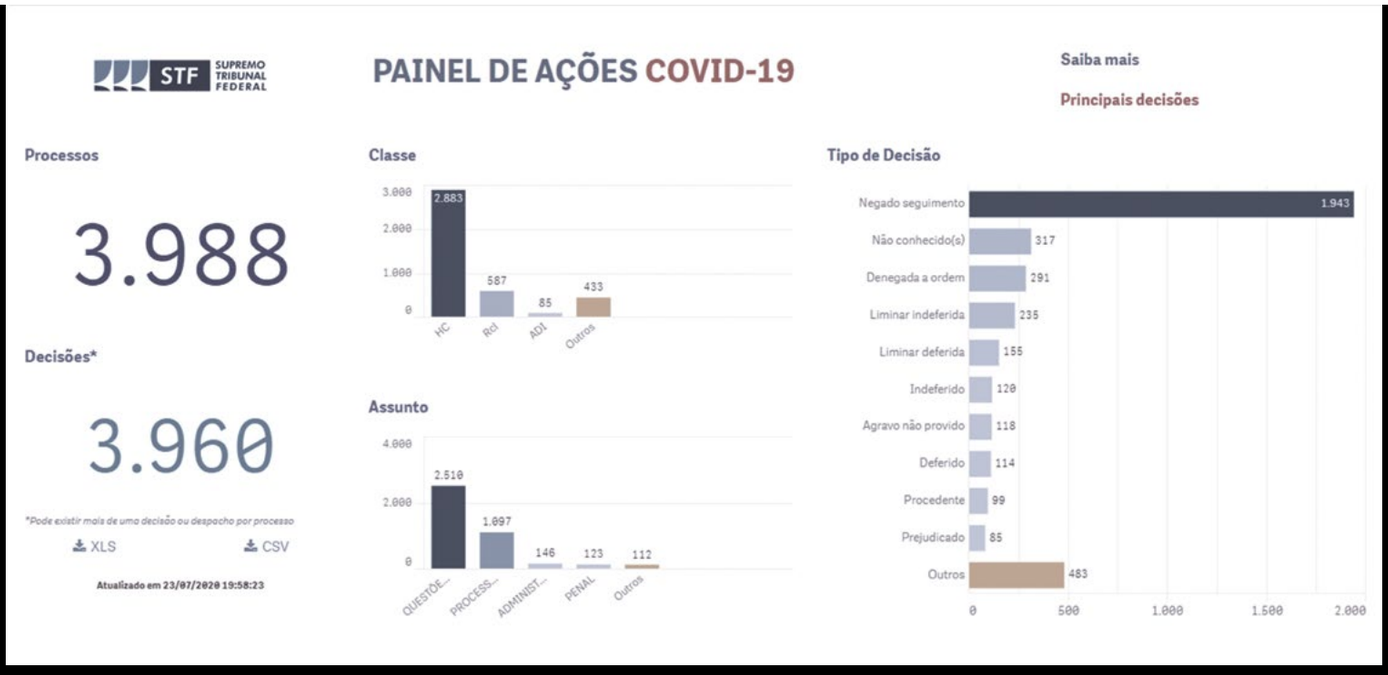
PAINEL

Os processos judiciais referentes à Covid-19 também tiveram preferência diante da emergência sanitária instalada no País e no mundo. No dia 27 de março de 2020, o *site* do Supremo disponibilizou um painel para que a população pudesse acompanhar e monitorar as ações que eram ajuizadas no Supremo. A cada 5 minutos, o sistema atualizava o quantitativo, as classes processuais e os tipos de decisões. O serviço disponibilizou, com linguagem simplificada, as principais decisões dos processos de maior repercussão relacionados ao tema.

O STF implementou, ainda, um mecanismo de triagem com alerta aos gabinetes dos ministros para processos relacionados ao tema por meio da marca de preferência "Covid-19", aplicada pela Secretaria Judiciária. O procedimento permitiu ao Tribunal e à própria Secretaria dar prioridade a esses casos.

"Quando verificamos um grande número de ações relacionadas à Covid-19 chegando ao Supremo, entendemos que precisávamos tanto priorizar a matéria como alertar os gabinetes dos ministros, além de ter condições de gerir os processos e disponibilizá-los para a sociedade."

Daiane Lira
Secretária-geral da Presidência



23.7.2020 – Painel de Ações Covid-19 (*print* realizado às 20 horas).

PAUTA PRIORITÁRIA

Durante o enfrentamento da crise sanitária, a Suprema Corte manteve os julgamentos habituais, mas privilegiou os casos que tratavam do tema, tanto nas decisões monocráticas como nos colegiados das Turmas e do Plenário, que pela primeira vez na história da instituição realizaram sessões por videoconferência.

"O Judiciário deve, mais do que nunca, estar em funcionamento para oferecer o amparo institucional necessário à sociedade brasileira, garantindo os direitos mais básicos das pessoas. Assim como ocorre nos demais Poderes da República, os esforços da Justiça estão concentrados, neste momento, na suavização dos efeitos da pandemia em nosso país", declarou o ministro.

Dentre as decisões, destacaram-se o reconhecimento da competência concorrente de estados, municípios e União no combate da Covid-19; e a confirmação da liminar que impediu restrições na Lei de Acesso à Informação no período da emergência de saúde pública.

Os ministros suspenderam, ainda, a eficácia da MP 954/2020, que previa o compartilhamento de dados de usuários de telecomunicações com o IBGE para a produção de estatística oficial durante a pandemia, e decidiram que estados e municípios não precisam de autorização da União para adotar medidas de restrição à locomoção na pandemia.

Houve também a suspensão, por 180 dias, do pagamento das parcelas da dívida de diversos estados, como São Paulo, Goiás, Amazonas e Rondônia, com bancos públicos e União e ainda da Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Sergipe com a União. Os valores, segundo as medidas liminares à época, deveriam ser aplicados exclusivamente em ações de prevenção, contenção, combate e mitigação da Covid-19. O Plenário confirmou ainda determinação para que o governo federal adote medidas de contenção do avanço da Covid-19 nas comunidades indígenas, como a criação de barreiras sanitárias e sala de situação, a retirada de invasores e a apresentação de plano de enfrentamento.



20.5.2020 – Presidente Dias Toffoli durante sessão plenária por videoconferência.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

INTERLOCUÇÃO

Diante da gravidade da situação vivenciada por toda a população, o presidente Dias Toffoli, tanto nas decisões quanto em pronunciamentos oficiais, sempre defendeu a necessidade de medidas coordenadas e voltadas ao bem comum, respeitando a competência constitucional de cada ente da Federação. O ministro se reuniu com integrantes dos Três Poderes e da sociedade para debates e para a construção de soluções.

Em evento na Presidência da República, Dias Toffoli enalteceu o trabalho dos veículos de comunicação na cobertura da pandemia. ''A imprensa tem tido uma atuação impecável em auxiliar nas informações necessárias à prevenção da sociedade quanto a esse drama que todos nós passamos'', declarou.

O presidente do STF reuniu, ainda, autoridades dos Três Poderes para debaterem medidas conjuntas em evento realizado na sede do Supremo. O então ministro da Saúde, Henrique Mandetta, teceu esclarecimentos a respeito do surto para os participantes, entre eles, ministros da Corte e os presidentes da Câmara, do Senado e dos tribunais superiores.



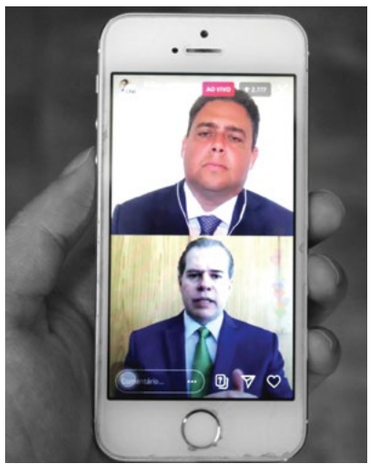
18.3.2020 – Presidente Dias Toffoli em reunião no Palácio do Planalto. *Foto: Carolina Antunes/PR*



16.3.2020 – Presidente do STF se reúne com representantes dos Três Poderes para tratar da crise do novo coronavírus. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*

Dias Toffoli participou de videoconferências com representantes de diversos segmentos da sociedade: da ciência, de hospitais particulares, da indústria farmacêutica, da advocacia, dos trabalhadores, de grupos empresariais, da defensoria pública e de setores da imprensa. Participou, ainda, do *webinar* ''Estado constitucional, instituições republicanas e liberdades civis fundamentais no contexto da pandemia'', promovido pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) e pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Na ocasião, o ministro Dias Toffoli destacou que o Supremo tem garantido a liberdade religiosa em seus jugados e que ''para o Poder Judiciário, a bíblia é a Carta Magna''. Em um dos encontros, o presidente recebeu o documento ''Pacto pela vida e pelo Brasil'' da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

''É um momento de unidade, de razão, de princípios, de solidariedade e de fraternidade. Nós temos o dever de manter o Estado Democrático de Direito e fazer cumprir esses objetivos da República Federativa do Brasil. Espero e tenho a certeza de estarmos à altura para fazer cumprir os objetivos da República e também manter a ordem democrática'', assinalou Dias Toffoli.

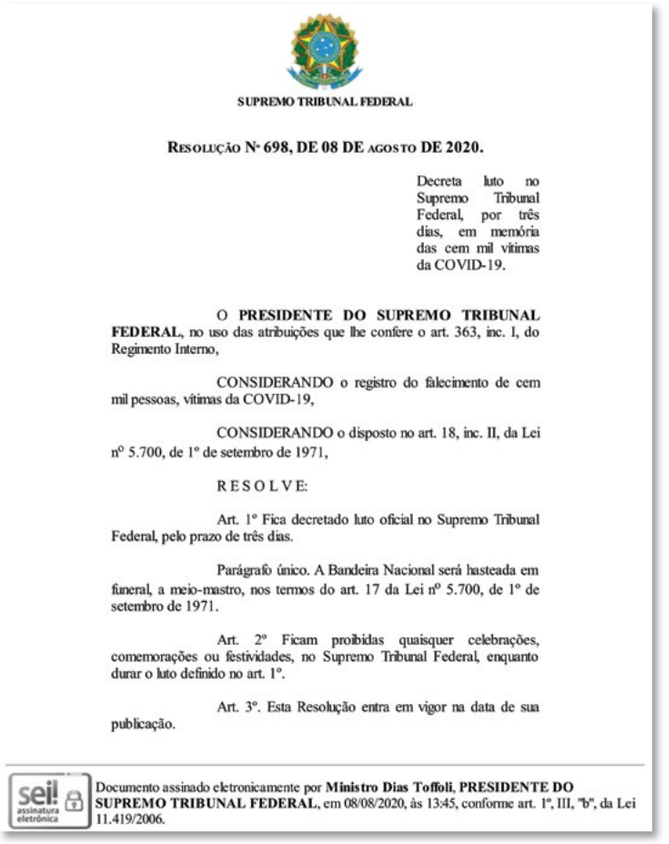


30.3.2020 – Ministro Dias Toffoli e o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, em *live*. *Foto: Arquivo Presidência*

SOLIDARIEDADE

Em respeito às vítimas da Covid-19 no Brasil, o presidente Dias Toffoli decretou luto oficial de três dias quando, no dia 9 de maio de 2020, o País alcançou oficialmente dez mil mortes em razão do novo coronavírus. ''Em nome do Poder Judiciário brasileiro e do Supremo Tribunal Federal, expresso nossos sentimentos de mais profunda tristeza e também nossa solidariedade aos familiares e aos amigos de cada um desses mais de dez mil brasileiros, cujos entes queridos foram, em grande parte, privados de uma justa despedida'', diz um trecho da nota emitida pelo ministro.

No dia 8 de agosto de 2020, o presidente do STF também decretou luto oficial em solidariedade e em memória das cem mil vítimas da Covid-19. Em mensagem divulgada, o ministro lamentou: ''Na data de hoje, o Brasil chora pelas 100 mil mortes em razão da Covid-19. Somos uma nação enlutada, que sofre pela perda de familiares, amigos e pessoas do nosso convívio social. Jamais vivemos uma tragédia dessa dimensão em nosso país. São 100 mil pessoas que tinham um nome, uma profissão, projetos e sonhos. 100 mil vidas que certamente deixaram sua marca no mundo e na vida de outras pessoas.''



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 698, DE 08 DE AGOSTO DE 2020.

Decreta luto no Supremo Tribunal Federal, por três dias, em memória das cem mil vítimas da COVID-19.

O **PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 363, inc. I, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o registro do falecimento de cem mil pessoas, vítimas da COVID-19,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inc. II, da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971,

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretado luto oficial no Supremo Tribunal Federal, pelo prazo de três dias.

Parágrafo único. A Bandeira Nacional será hasteada em funeral, a meio-mastro, nos termos do art. 17 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.

Art. 2º Ficam proibidas quaisquer celebrações, comemorações ou festividades, no Supremo Tribunal Federal, enquanto durar o luto definido no art. 1º.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Ministro Dias Toffoli, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em 08/08/2020, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

O enfrentamento da pandemia impôs uma série de adaptações à rotina do Supremo. Além de todas as medidas administrativas e judiciais, a Corte tomou iniciativas que permitiram dar suporte a outros setores da sociedade na execução de suas atribuições durante a crise sanitária.

Uma parceria inédita entre a TV Justiça e a Secretaria de Educação do Distrito Federal foi firmada para garantir o direito à aprendizagem aos alunos da rede pública do DF, com teleaulas aos estudantes durante o período da pandemia. Para viabilizar a produção e transmissão desse conteúdo, a TV Justiça disponibilizou a estrutura necessária para gravação de conteúdo, bem como a transmissão de aulas pela TV, pelo YouTube e Twitter da emissora. ''Sendo uma emissora pública, a TV Justiça não poderia ficar inerte diante do momento excepcional que afeta toda a sociedade e exige o confinamento de nossas crianças e jovens adolescentes'', ressaltou o secretário de Comunicação do STF, Márcio Aith.

Para auxiliar na contenção de problemas decorrentes da pandemia, a Secretaria de Documentação (SDO) do STF, em parceria com o Hospital Universitário de Brasília (HUB), confeccionou lotes de máscaras para uso dos profissionais de saúde que atuavam no enfrentamento da Covid-19, material informativo aos pacientes do HUB com suspeita da doença, adesivos recortados em vinil e rótulos para embalagens de álcool em gel.

Os colaboradores do Tribunal, integrantes dessa iniciativa solidária, montaram um ateliê para produção das peças, sob orientação técnica do hospital, seguindo protocolos de segurança, de higiene e sanitário. Os insumos foram fornecidos pelo HUB.



9.8.2020 – Bandeira do Brasil a meio-mastro. Presidente Dias Toffoli decretou luto oficial de três dias no dia 8 de agosto em razão das 100 mil mortes pela Covid-19. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



Adesivos recortados em vinil confeccionados para o Hospital Universitário de Brasília – HUB.



17.4.2020 – Máscaras de proteção confeccionadas pelos colaboradores do Supremo Tribunal Federal.



Arte de rótulo para álcool gel do Hospital Universitário de Brasília – HUB.



10.6.2020 – Sessão plenária do STF por videoconferência. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



15.4.2020 – Ministro Marco Aurélio na sessão plenária por videoconferência.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



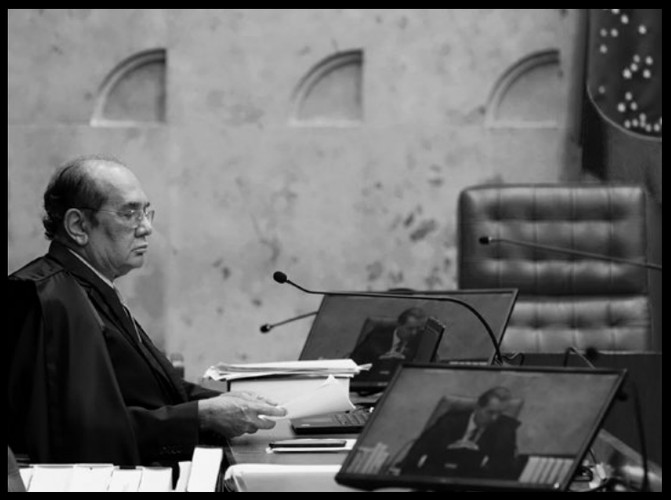
20.5.2020 – Sustentação oral do advogado-geral da União, José Levi, durante sessão plenária por videoconferência.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



22.4.2020 – Ministro Alexandre de Moraes na sessão plenária do STF realizada por videoconferência. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



14.5.2020 – Ministra Rosa Weber durante a sessão plenária por videoconferência. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



15.4.2020 – Ministro Gilmar Mendes durante a sessão plenária por videoconferência. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



25.6.2020 – Presidente Dias Toffoli conduz sessão por videoconferência que elegeu os ministros Luiz Fux e Rosa Weber, respectivamente, presidente e vice-presidente da Corte para o biênio 2020-2022. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

DIÁLOGO INSTITUCIONAL



28.5.2019 – Presidentes dos Três Poderes no Palácio da Alvorada. *Foto: Marcos Corrêa/PR*



DIÁLOGO INSTITUCIONAL

A estabilidade e a harmonia entre as instituições democráticas – fundadas no equilíbrio e no respeito mútuo – foram premissas da gestão do ministro Dias Toffoli na Presidência do Supremo. Nesse período, desempenhou papel-chave na condução do diálogo com os demais Poderes da República e os diversos setores da sociedade: instituições do sistema judicial; associações representativas de trabalhadores, de empresas e da magistratura; parlamentares; governadores; órgãos públicos; e organismos internacionais.

Essa postura conciliadora possibilitou ações coordenadas em prol do desenvolvimento do País na linha do que costuma lembrar o ministro Dias Toffoli.

> "O Judiciário cuida do passado, julga os conflitos instalados; o Poder Legislativo cuida do futuro, mediante a formulação de leis; e o Poder Executivo zela pelo presente, com a gestão das políticas públicas, conforme define a Constituição de 1988."
>
> **Ministro Dias Toffoli**

Envolvendo diversos órgãos da administração pública, o presidente do Supremo assinou em agosto de 2020 acordo de cooperação técnica entre a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Tribunal de Contas da União para o combate à corrupção no Brasil, especialmente em relação aos acordos de leniência da Lei 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção.



4.2.2019 – Presidente do STF participa da sessão solene de abertura do Ano Legislativo de 2019. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*

DIÁLOGO COM A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Logo após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o ministro Dias Toffoli recebeu o então candidato eleito Jair Messias Bolsonaro em encontro que inaugurou uma relação de diálogo institucional com a Presidência da República.

Na ocasião, os dois líderes apontaram as prioridades para a retomada do crescimento do País: aprovação das reformas previdenciária e tributária, assim como investimento em segurança pública. Para Toffoli, é no Poder Executivo que a vontade popular se materializa e as políticas públicas se concretizam para que o cidadão possa usufruir de uma vida digna.

> "Para que avancemos em harmonia, precisamos estar sempre em diálogo, trocar experiências, compartilhar êxitos."
>
> **Sérgio Braune**
> Chefe de gabinete da Presidência

No intuito de manter canal permanente de cooperação, o ministro Dias Toffoli participou de eventos e reuniões com o presidente da República e integrantes do Poder Executivo.



19.2.2019 – Reunião entre os presidentes da República, do STF, do Senado, da Câmara e ministros de Estado. *Foto: Marcos Corrêa/PR*



7.11.2018 – Primeira reunião entre o ministro Dias Toffoli e o então presidente eleito, Jair Bolsonaro. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



18.11.2019 – Presidente Dias Toffoli recebe o então advogado-geral da União, ministro André Luiz de Almeida Mendonça, o procurador-geral da República, Augusto Aras, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



30.8.2018 – Ministro Dias Toffoli entrega convite para a sessão de posse na Presidência do STF para o então presidente da República, Michel Temer. *Foto: Alan Santos/PR*



10.6.2019 – Cerimônia comemorativa dos 20 anos de criação do Ministério da Defesa e imposição da Ordem do Mérito da Defesa. *Foto: Isac Nóbrega/PR*



16.10.2019 – Ministro Dias Toffoli participa, no Palácio do Planalto, da solenidade de assinatura da MP do Contribuinte Legal ao lado do presidente da República. *Foto: Marcos Corrêa/PR*



29.4.2020 – Posse do ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça. *Foto: Alan Santos/PR*



29.4.2020 – Ministro Toffoli participa da cerimônia de posse do advogado-geral da União, José Levi. *Foto: Alan Santos/PR*



3.10.2018 – Presidente Dias Toffoli entrega ao professor José Gomes Canotilho a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Os ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia também participaram da solenidade no Palácio do Planalto. *Foto: Alan Santos/PR*

PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO

O ministro Dias Toffoli exerceu a Presidência da República entre 23 e 25 de setembro de 2018, quando assinou decretos, atos normativos e sancionou leis, como a que tornou crime a importunação sexual; a que aumentou a licença-paternidade para membros das Forças Armadas; a que assegurou o atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado; e a que ampliou as hipóteses de perda do poder familiar no caso de pessoas que cometam crimes contra o pai ou a mãe dos próprios filhos.

Toffoli também cumpriu agenda oficial e recebeu ministros de Estado, parlamentares, representantes da magistratura e de instituições da sociedade civil, e participou de solenidades no exercício da Presidência da República.



24.9.2018 – Encontro com João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça. *Foto: Alan Santos/PR*



24.9.2018 – Presidente da República em exercício, Dias Toffoli, durante a cerimônia de sanção do projeto que modifica o prazo da licença-paternidade nas Forças Armadas. *Foto: Marcos Corrêa/PR*



24.9.2018 – Presidente da República em exercício, Dias Toffoli assina sanção do projeto que modifica o prazo da licença-paternidade nas Forças Armadas. *Foto: Alan Santos/PR*



24.9.2018 – Reunião com o ministro aposentado do STF Nelson Jobim. *Foto: Alan Santos/PR*



23.9.2018 – Michel Temer transmite o cargo de presidente da República para Dias Toffoli. *Foto: Cesar Itiberê/PR*



25.9.2018 – Presidente da República em exercício, Dias Toffoli recebeu ministros do STF e do STJ. *Foto: Alan Santos/PR*

DIÁLOGO COM O CONGRESSO NACIONAL

O Poder Legislativo – ao qual o ministro Dias Toffoli se refere como ''coração do regime democrático'' – é o espaço onde, por excelência, a vontade popular se converte em palavra de ordem a ser cumprida por todas as instituições, adequando as leis às demandas sociais.

''Esta é uma premissa do ministro Toffoli: Instituições fortes, democracia forte! E conversar com o Poder Legislativo significa promover a democracia'', declarou o chefe da Assessoria Parlamentar do STF, Flávio Santana. Nesse sentido, a primeira audiência do recém-empossado presidente do Supremo foi com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.



14.9.2018 – Ministro Dias Toffoli recebe o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, em sua primeira audiência como presidente do STF.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



12.12.2019 – Ministro Dias Toffoli participa, na Câmara dos Deputados, de homenagem à Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



4.2.2019 – Sessão solene do Congresso Nacional destinada a inaugurar a 1º Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. *Foto: Roque de Sá/Agência Senado*



3.2.2020 – Ministro Dias Toffoli entrega relatório de gestão do STF e do CNJ ao presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por meio de pactos, convenções, acordos bilaterais, conferências multilaterais ou globais, a gestão do ministro Dias Toffoli ampliou a atuação internacional do STF com mecanismos de diálogos focados na troca de experiências e de boas práticas. O Supremo permaneceu aberto à interlocução com poderes judiciários e academias de outros países para o contínuo aprimoramento da Corte Brasileira rumo à promoção da segurança jurídica e de uma prestação jurisdicional célere e efetiva para o cidadão.

Em países como Israel, Colômbia, Argentina, Londres, Alemanha e Itália – onde afirmou que a Constituição de 1988 é uma das mais avançadas do mundo –, o presidente Toffoli apresentou inovações do Judiciário brasileiro que despertaram a atenção de atores estrangeiros, como o Processo Judicial Eletrônico, o Plenário Virtual, a transmissão das sessões pela TV Justiça e o voto eletrônico. "Foram oportunidades para troca de conhecimento em relação a desafios comuns à Justiça hoje em dia, como a defesa do Estado Democrático de Direito e a liberdade de expressão na Era Digital", pontuou o assessor internacional do STF, Joel Sampaio.

O STF recebeu embaixadores e representantes de organismos internacionais, sempre pronto a apresentar o funcionamento do Judiciário com transparência e responsabilidade, com vistas a promover o diálogo e a troca de experiências.

Nesse sentido, em outubro de 2019, o Brasil recebeu dirigentes de Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) para a realização do Seminário das Altas Cortes "Tecnologia da Informação e Inteligência Artificial: boas práticas, oportunidades e desafios para o Judiciário".

"O nosso objetivo maior é o contínuo aprimoramento tecnológico voltado à promoção da segurança jurídica e de uma prestação jurisdicional célere e efetiva para o cidadão."

Ministro Dias Toffoli



20.6.2019 – Ministros Dias Toffoli, Rosa Weber e Roberto Barroso, em visita à Corte Suprema de Israel, foram recebidos pela presidente, Esther Hayut, e pelo vice-presidente, Hanan Melcer. *Foto: Arquivo Presidência*



23.8.2019 – Ministro Dias Toffoli com o presidente da Corte Suprema da Argentina, Carlos Rosenkrantz. *Foto: Centro de Informação Judicial da Argentina*



28.11.2019 – Presidente do STF e ministro Alexandre de Moraes em encontro com juízes das Altas Cortes da Inglaterra e País de Gales para tratar de temas de colaboração bilateral. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



5.11.2018 – Encontro com representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*

RELAÇÃO COM OS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Desde o início da gestão, o ministro Dias Toffoli manteve constante diálogo com a magistratura e com os 90 tribunais brasileiros, sejam eles locais, regionais ou superiores. Em todos esses momentos, destacou ''a importância de uma magistratura unida'' e que ''não há democracia sem um Poder Judiciário forte e independente''. Em parceria com as associações da magistratura, defendeu intensamente a valorização da magistratura, carreira vitalícia e pilar do Estado Democrático de Direito.

Ainda em 2018, o ministro Dias Toffoli atuou pela recomposição dos subsídios dos magistrados, restabelecendo o tratamento igualitário entre os colegas da ativa e aposentados, e a necessária paridade de vencimentos entre todos.

Visando ao constante aperfeiçoamento do Judiciário nacional, o presidente Dias Toffoli visitou as instalações da maioria dos tribunais do País ao longo do biênio 2018-2020. Os encontros com magistrados nos estados tiveram como propósito dialogar com operadores do Direito, conhecer a realidade local da Justiça e ampliar a cooperação e integração entre os órgãos.

Acompanhado das equipes do STF e do CNJ e das associações nacionais da magistratura, o presidente do Supremo conheceu os Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Seções da Justiça Federal, Tribunais de Justiça Militar e Tribunais Regionais Eleitorais, além de associações estaduais de magistrados. Em algumas ocasiões, o ministro esteve ainda nas sedes das seccionais da OAB e do Ministério Público. Ele também foi recebido por governadores e parlamentares.

Dias Toffoli visitou presencialmente os estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima,



25.7.2019 – Visita ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
Foto: Ascom/TRT 7

Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Após o início das medidas de distanciamento social para conter o avanço da Covid-19, foram promovidas reuniões por videoconferência com os demais estados: Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rondônia e Tocantins.

Os dirigentes dos tribunais foram unânimes ao destacar a importância dos encontros, especialmente porque na maioria das instituições era a primeira vez que recebiam um presidente do STF. O presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJ-MT), desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, destacou a característica da gestão do ministro Dias Toffoli de ouvir os presidentes dos tribunais estaduais e buscar conjuntamente soluções para as dificuldades enfrentadas pela Justiça. ''Estamos unindo forças, trocando experiências exitosas e discutindo boas práticas aqui em nosso tribunal, o que resultará em mais qualidade e economia ao Poder Judiciário'', afirmou. Para Plauto Carneiro Porto, presidente do TRT/CE, a presença de Dias Toffoli no Ceará significou ''um simbolismo muito grande''.

Para o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, desembargador João Maria Lós, a visita do presidente Toffoli ao estado, além de pioneira, foi uma oportunidade para mostrar as atividades desenvolvidas. Em Pernambuco, o desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima, presidente em exercício do TRF5, disse que a visita do ministro é fato que deve ser comemorado. ''Em 17 anos no Tribunal, não me lembro de ter ocorrido nada semelhante. A presença do presidente do STF só ratifica o acesso mais direto, mais franco e harmônico com a maior Corte de Justiça do País'', destacou.

RELAÇÃO COM O SISTEMA DE JUSTIÇA



8.11.2018 – Ministro Dias Toffoli se reúne com presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o País. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*

''O Judiciário e as funções essenciais à Justiça devem garantir segurança jurídica, promover pacificação social e reafirmar, diuturnamente, os direitos e liberdades fundamentais do cidadão para potencializar o alcance dos objetivos constitucionais, notadamente a busca pelo desenvolvimento nacional''. A afirmação do presidente Dias Toffoli revela atenção da gestão para que as instituições integrantes do sistema de Justiça atuem em sinergia e cooperação na resolução dos problemas comuns a todos e na adoção de boas práticas.

Por isso, de 2018 a 2020, a Presidência do ministro Dias Toffoli esteve em diversas ocasiões com integrantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil e dos tribunais superiores e dos estados. Um desses encontros promovidos logo no início da gestão, na sede do Supremo, foi com os chefes dos Tribunais de Justiça.

Dias Toffoli também esteve em estados como São Paulo, Bahia e Mato Grosso para tratar com os presidentes dos TJs a viabilização das medidas e projetos necessários à modernização da Justiça brasileira. A assessoria técnica da Presidência do Supremo, por exemplo, se reuniu em Recife com representantes do TRF da 5ª Região para debater o juízo de admissibilidade de recursos. Na 4ª Região, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica para a cessão do direito de uso do SEI Julgar, ferramenta da plataforma do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criada por servidores do órgão regional.

Com a AGU, o Supremo realizou a primeira edição dos Diálogos Interinstitucionais, com a presença de cerca de 70 advogados da União, procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores do Banco Central. Os participantes discutiram ritos processuais, propuseram melhoria sistêmica das relações entre os entes públicos e traçaram desafios para o futuro.

Entre os encontros com o MPF e a DPU, a Presidência recebeu, por exemplo, integrantes das duas instituições para uma audiência de conciliação convocada por Dias Toffoli e conduzida pelo juiz auxiliar da Presidência Márcio Antônio Boscaro, no âmbito de três ações que tratam da permanência de comunidades indígenas em faixa de proteção ao reservatório da hidrelétrica de Itaipu, localizada no município de Santa Helena (PR). Participaram também da reunião representantes da Itaipu Binacional e da Funai.

Para demonstrar a relevância e o respeito ao processo democrático, o ministro Dias Toffoli observou de perto as eleições gerais de 2018. Na véspera do pleito, ele visitou o TSE ao lado da então presidente do órgão, Rosa Weber, e, no dia seguinte, acompanhou o resultado das urnas.



2.12.2019 – Secretária-geral da Presidência, Daiane Lira, faz abertura do evento Diálogos Interinstitucionais entre STF e AGU. *Foto: Renato Menezes/Ascom/AGU*

> ''Com o devido diálogo, devem ser construídos acordos e realizadas as reformas dentro de um quadro de segurança jurídica. Saibam todos que o Poder Judiciário, por meio do Supremo Tribunal Federal, seguirá com a sua missão de moderador dos eventuais conflitos sociais, políticos e econômicos, garantindo a paz social, função última da Justiça.''
>
> **Ministro Dias Toffoli**

Além desses encontros, o presidente da Corte prestigiou as posses dos presidentes da OAB, Felipe Santa Cruz; da presidente do TST, Maria Cristina Peduzzi; do PGR, Augusto Aras; do advogado-geral da União, José Levi; e do ministro da Justiça, André Mendonça.



7.10.2018 – Ministros Dias Toffoli e Rosa Weber acompanham apuração do 1° turno das eleições 2018. *Foto: Roberto Jayme/Ascom/TSE*

RELAÇÃO COM OS ESTADOS

A interlocução com os entes federados também esteve na pauta da gestão do ministro Dias Toffoli. O presidente não só recebeu representantes dos estados no Parlamento brasileiro, como esteve diversas vezes com governadores e prefeitos de todas as regiões sobre temas importantes para a Federação e o cidadão.

Na agenda das visitas institucionais aos tribunais estaduais, o ministro incluiu encontros com os chefes do Executivo local. No Amapá, por exemplo, o ministro conheceu a embarcação transformada em Unidade Básica de Saúde Fluvial. Em Roraima, visitou a Operação Acolhida, programa do Exército Brasileiro destinado ao atendimento de refugiados venezuelanos em Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. No Mato Grosso do Sul, participou da entrega de uma escola reformada por presos do regime semiaberto e debateu políticas públicas adotadas pela administração estadual relacionadas à segurança.

No Supremo, governadores trataram, com o presidente Toffoli, de ações em trâmite na Corte envolvendo assuntos como a distribuição dos *royalties* do petróleo, a judicalização da saúde, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), o salário educação, a Lei Kandir, a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros processos com impacto nas finanças públicas estaduais.

A Presidência promoveu, ainda, audiência de conciliação, ocasião em que o ministro e a juíza auxiliar Alessandra Baldini receberam o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e o presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Carlos Eduardo Zietlow, para resolver impasse em relação à proposta do Executivo estadual de contingenciamento do orçamento previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020.



9.5.2019 – Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes em audiência com governadores. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



6.11.2018 – Ministro Dias Toffoli durante sessão solene destinada a comemorar os 30 anos da Constituição da República.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



25.9.2018 – Cerimônia de assinatura da MP que trata da reabertura do prazo de migração para o regime de previdência complementar.
Foto: Alan Santos/PR



2.10.2019 – Cerimônia de posse do procurador-geral da República, Augusto Aras. *Foto: Isac Nóbrega/PR*



24.9.2018 – Cerimônia de sanção de leis que promovem os direitos das mulheres, o acesso à educação de crianças e adolescentes, e a ampliação da proteção à família. *Foto: Marcos Corrêa/PR*



24.9.2018 – Presidente da República em exercício, Dias Toffoli, durante cerimônia de sanção de projetos de Lei. *Foto: Marcos Corrêa/PR*



10.12.2018 – Ministro Dias Toffoli participa de reunião com juízes federais do Espírito Santo. *Foto: Assessoria de Imprensa TRF 2/ES*



3.10.2018 – Reunião dos ministros do STF com o então ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



19.2.2019 – Ministro Toffoli participa de reunião com governadores de estados para discutir questões relativas aos repasses aos estados em razão da desoneração das exportações (Lei Kandir). *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



10.12.2019 – Representantes do STF, STJ, TCU, AGU e PGR se reuniram no gabinete da Presidência do Supremo para debater soluções integradas sobre acordos de leniência. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



6.8.2020 – Ministro Dias Toffoli assinou, em solenidade realizada por videoconferência, acordo de cooperação técnica entre a CGU, a AGU, o Ministério da Justiça e o TCU para o combate à corrupção no Brasil, especialmente em relação aos acordos de leniência.



7.8.2019 – Presidente Dias Toffoli recebe parlamentares de diversos partidos. *Foto: Gilmar Ferreira/Agência CNJ*



11.11.2019 – Ministro Dias Toffoli e o presidente do TCU, José Múcio Monteiro, no Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Foz do Iguaçu. *Foto: Kiko Sierich/Instituto Rui Barbosa/Atricon*



15.2.2019 – Ministros Dias Toffoli e Edson Fachin em visita ao Tribunal de Justiça do Paraná. *Foto: Ascom/TJ/PR*



12.2.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe integrantes da Frente Parlamentar Evangélica. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



1°.1.2019 – Ministro Dias Toffoli na cerimônia de posse do presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, em sessão no Congresso Nacional.
Foto: J. Batista/Câmara dos Deputados



4.1.2019 – Ministro Dias Toffoli em visita ao Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Norte. *Foto: TRE/RN*



4.2.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e a secretária de economia de Goiás, Cristiane Schmidt.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



6.2.2019 – Em audiência com o ministro Dias Toffoli, governadores do Nordeste pediram prioridade na conclusão do julgamento de processos que poderão impactar de forma positiva as finanças públicas de seus estados.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



15.2.2019 – Presidente Dias Toffoli e ministro Edson Fachin no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no Paraná. *Foto: Jason Silva/TRT*



20.2.2019 – Ministro Dias Toffoli, ao lado de outros ministros do STF, recebe visita do ministro da Economia, Paulo Guedes, acompanhado do então secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, e do então procurador-geral da Fazenda Nacional, José Levi. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



28.10.2018 – Ministro Dias Toffoli discursa no TSE após apuração dos votos do 2° turno das eleições 2018. *Foto: Roberto Jayme/Ascom/TSE*



4.3.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, juíza Noêmia Porto.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



19.3.2019 – No Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
Foto: Comunicação TRE/MG



11.3.2019 – Visita institucional ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Foto: Eduardo Nichele/TJ/RS



20.4.2019 – Durante visita ao Amapá, Ministro Toffoli conheceu a Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) Célia Trasel. *Foto: Comunicação TJ/AP*



17.5.2019 – Ministro Dias Toffoli em visita à sede do Tribunal de Justiça do Amapá. *Foto: Comunicação TJ/AP*



18.7.2019 – Ministro Dias Toffoli no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. *Foto: Coordenadoria de Comunicação/TJ/MT*



24.7.2019 – Governo do Ceará recebe visita do presidente do Supremo Tribunal Federal. *Foto: Comunicação do Governo do Ceará*



3.7.2019 – Ministro Dias Toffoli e ministra Cármen Lúcia recebem bancada feminina do Congresso Nacional. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



26.8.2019 – Ministro Dias Toffoli assina acordo de cooperação técnica para promover ações no sistema penitenciário do Distrito Federal.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



20.8.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe governadores em audiência no STF.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



24.9.2019 – Presidente do STF recebe comitiva de senadores liderada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



15.10.2018 – Ministro Dias Toffoli recebe representantes da magistratura feminina em almoço no STF. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



15.10.2018 – Ministro Dias Toffoli recebe representantes da magistratura feminina em almoço no STF. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



15.10.2019 – Ministro Dias Toffoli em visita institucional ao Poder Judiciário alemão. *Foto: Arquivo Presidência*



24.10.2019 – Abertura do Seminário das Altas Cortes do BRICS.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



25.10.2019 – Ministro Dias Toffoli no Seminário das Altas Cortes do BRICS.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



13.11.2019 – Recepção aos líderes do BRICS em jantar no Palácio Itamaraty. *Foto: Carolina Antunes/PR*



11.12.2019 – Cerimônia de posse da nova diretoria da Associação dos Magistrados do Brasil. *Foto: Comunicação/AMB*



2.12.2019 – Ministro Dias Toffoli e corregedor nacional de Justiça, Humberto Martins, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
Foto: Comunicação do TRT 2



3.4.2019 – Presidente Dias Toffoli na sessão solene comemorativa dos 30 anos de instalação do Superior Tribunal de Justiça.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



14.2.2020 – Solenidade de inauguração de escola reformada por presos do regime semiaberto em Mato Grosso do Sul. *Foto: Arquivo Presidência*



19.2.2020 – Presidente Dias Toffoli e ministros do STF participam da posse da ministra Cristina Peduzzi na Presidência do TST. *Foto: Secom/TST*



15.3.2019 – Comitiva do STF e do CNJ no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. *Foto: Ascom/TRE/BA*



13.9.2019 – Ministro Dias Toffoli no Plenário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Foto: Comunicação TJ/SC*



7.12.2018 – Ministro Dias Toffoli no Tribunal de Justiça de Alagoas. *Foto: Caio Loureiro/Dicom/TJ/AL*



13.9.2019 – Comitivas do STF e do CNJ no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. *Foto: TRT/SC*



8.1.2020 – No TRE em Pernambuco, presidente Dias Toffoli entrega um exemplar comemorativo dos 30 anos da Constituição Federal.
Foto: Arquivo Presidência



28.7.2020 – Ministro Dias Toffoli se reúne com magistrados da Paraíba. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



7.8.2020 – Ministro Dias Toffoli se reúne com magistrados de Rondônia. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



13.1.2020 – Descerramento de placa alusiva à visita do presidente do Supremo à Seção Judiciária Federal de Sergipe. *Foto: Arquivo Presidência*



14.2.2020 – Presidente do STF com juízes da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul. *Foto: Susy Caproni/SJ/MS*



9.1.2020 – Ministro Dias Toffoli no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco.
Foto: Comunicação/TRT 6/PE

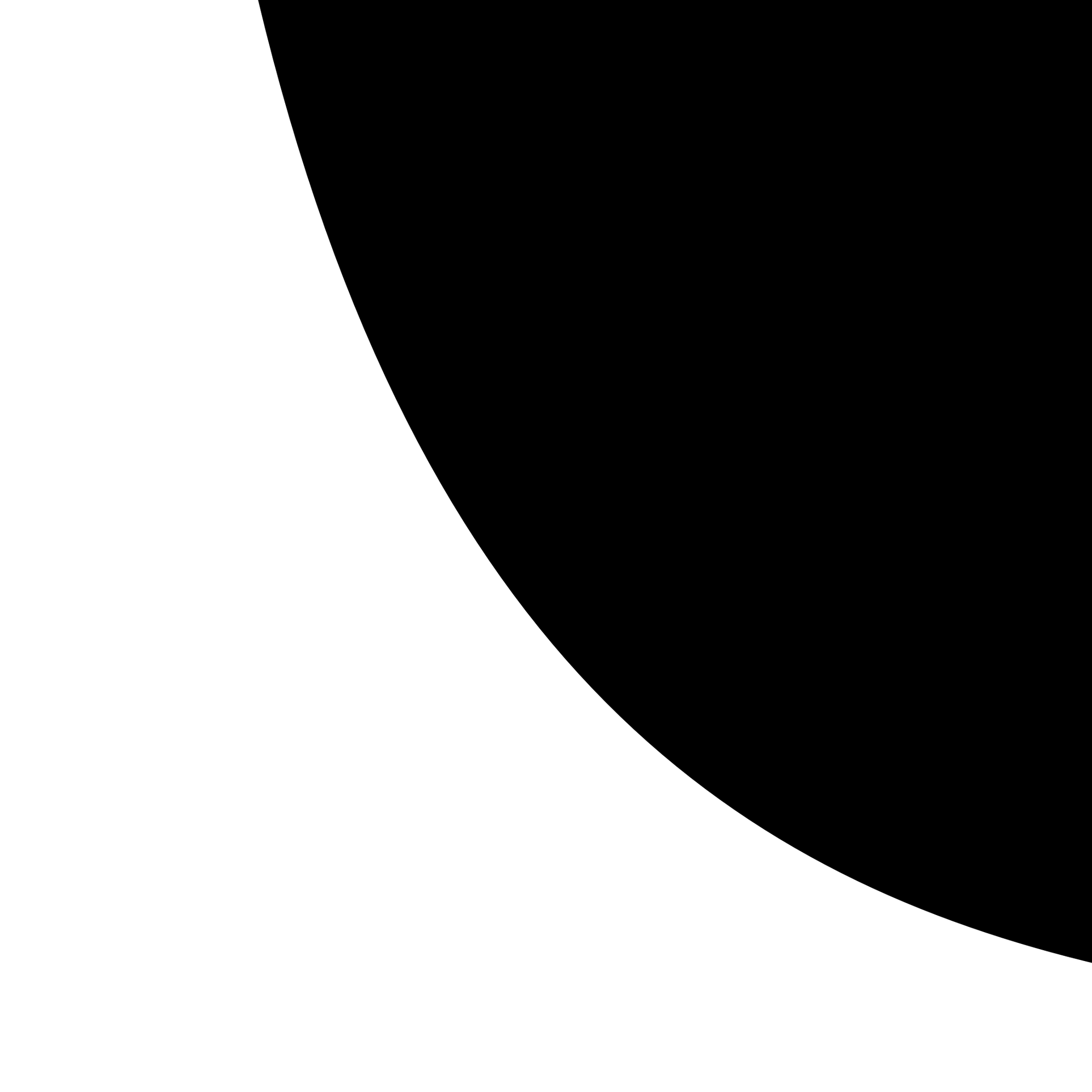


13.1.2020 – Presidente Dias Toffoli visita o Tribunal Regional Eleitoral em Sergipe. *Foto: TRE/SE*

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA



7.10.2018 – Presidente do STF concede entrevista após votar no primeiro turno das eleições gerais. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

Durante a gestão do presidente Dias Toffoli, o Supremo realizou uma série de ações para tornar a instituição mais próxima da sociedade. Para isso, o STF trabalhou em diversas frentes: aplicou normas de acessibilidade previstas na legislação, promoveu campanhas sobre o papel da Corte, prestou contas das realizações, recebeu grupos da sociedade civil organizada das mais diversas áreas e abriu as portas do Tribunal para exposições ao público externo e interno.

Em 2019, ciente de sua responsabilidade social, o Supremo iniciou o projeto de visitação pública com a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O primeiro grupo, composto por 35 surdos, conheceu a história da Justiça brasileira e o funcionamento da instituição. ''Os temas abordados são sobre a atual composição do Plenário, história e funcionamento da Corte, acervo do Museu, além de curiosidades, como a cabine telefônica utilizada antigamente pelos ministros'', explicou a assessora-chefe da Assessoria de Cerimonial do STF, Célia Regina Gonçalves.

Outra ação do STF, junto com a TV Justiça, foi o lançamento da série ''Direito em Libras'', para a inclusão social e a promoção da cidadania. ''Criar um glossário jurídico na Língua Brasileira de Sinais é ampliar as possibilidades de compreensão da comunidade surda acerca dos seus próprios direitos e das instituições jurídicas do País'', destacou o presidente Dias Toffoli ao apresentar a iniciativa.

No biênio 2018-2020, o Supremo empreendeu mudanças na parte estrutural do prédio, instalando a sinalização de piso tátil. As pessoas com deficiência visual também passaram a acompanhar as sessões plenárias com audiodescrição em tempo real, recurso que permite melhor entendimento da dinâmica dos julgamentos.

Além disso, foi firmada parceria do STF com a Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe) para a digitalização de processos judiciais e administrativos, registros funcionais, prontuários e documentos da Central do Cidadão. O serviço foi executado por profissionais com deficiência física, auditiva, intelectual, visual e com espectro de autismo.



15.2.2019 – Primeiro grupo de surdos a participar da visitação ao STF com a tradução de um intérprete de Libras. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

PLURALIDADE

O presidente Dias Toffoli esteve atento às demandas dos diversos segmentos da sociedade, a exemplo do atendimento a refugiados pela Operação Acolhida, em Pacaraima (RR). Em visita ao complexo do Exército na fronteira com a Venezuela, onde conheceu as condições da população local e dos imigrantes, o ministro anunciou que o Observatório Nacional de Grandes Temas Sociais, Econômicos e Ambientais do CNJ passaria a monitorar aquela situação. Na avaliação de Toffoli, com a entrada mensal de uma média de 15 mil imigrantes no País, essa é uma questão humanitária complexa que merece atenção não apenas do estado e do povo de Roraima, mas de toda a nação brasileira.

Integrantes da comunidade indígena Xikrin, localizada no estado do Pará, estiveram com seus advogados na sede do STF em audiência com o presidente Dias Toffoli para entregar memoriais acerca de duas ações que tramitavam na Corte. Os processos se referiam aos impactos ambientais decorrentes do projeto de mineração Onça Puma, da mineradora Vale, no rio Catete, que cruza as terras onde vivem.

Dias Toffoli esteve ainda com moradores do bairro Pinheiro de Maceió (AL) e foi homenageado pela atuação no acordo que beneficiou 4.500 famílias que viviam nas regiões de maior risco de afundamento e desmoronamentos. ''Esse acordo é um marco na história da conciliação, da prevenção de acidentes e da reparação – além de evitar em torno de 40 a 50 mil processos no Judiciário que levariam, muitas vezes, anos para serem decididos'', apontou Dias Toffoli.

No Supremo, o ministro recebeu o diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI, Toni Reis; membros da equipe campeã da Olimpíada de Conhecimento Jurídico de 2019, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal Sergio da Rocha (arcebispo de Brasília), acompanhado do vice-presidente da entidade, Dom Murilo Krieger (arcebispo de Salvador), e do secretário-geral, Dom Leonardo Steiner (bispo auxiliar de Brasília); diversos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica; representantes das religiões afro-brasileiras, entre outras entidades.



20.2.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe em audiência indígenas da etnia Xikrin.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



20.2.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe em audiência indígenas da etnia Xikrin.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

COMUNICAÇÃO

Para dar maior transparência às decisões da Corte, o Supremo fortaleceu os canais de comunicação com a sociedade e criou campanhas como "Aqui Tem Justiça" para ampla divulgação de informações nas redes sociais sobre projetos e decisões do Poder Judiciário de todo o País; Com a *hashtag* FakeNewsNão, o STF e o CNJ se uniram aos Tribunais Superiores para combater o compartilhamento de notícias falsas no ambiente digital.

"A gestão do presidente Dias Toffoli preza pela comunicação direta e transparente, utilizando-se dos ambientes digitais, a exemplo do *site* e das redes sociais do STF, para dar maior clareza às decisões e informações do Supremo", destacou o assessor-chefe da Assessoria de Comunicação da Presidência da Corte, Adão Paulo Oliveira, ao lembrar ainda as ações especiais no portal, intranet, TV e Rádio Justiça e *hotsite* para a celebração do aniversário de 30 anos da Constituição.

Foi lançado em 2019 o "Painel Multissetorial de Checagem de Informações e Combate a Notícias Falsas" para conscientizar a população e educar a sociedade sobre os danos causados pela desinformação, bem como demonstrar a importância de se checar a veracidade das notícias recebidas. O Painel recebeu a adesão de quase 30 entidades ligadas aos meios de comunicação, OAB, FGV, Câmara dos Deputados, entre outros.

"O painel é o resultado da adesão voluntária de diversas entidades à campanha. Todos os integrantes contribuem para o projeto dentro de sua própria área de atuação e com ferramentas de que já dispõem, respeitando-se as especificidades e a linha editorial de cada veículo de imprensa", informou o presidente do STF durante o discurso de lançamento.

A TV Justiça ampliou a programação; promoveu mudança editorial a partir de dicas, sugestões e comentários



11.6.2019 – Lançamento do Painel Multissetorial de Checagem de Informações e Combate a Notícias Falsas com o objetivo de conscientizar a população e educar a sociedade sobre os danos causados pela desinformação.
Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

recebidos do público por meio de aplicativo de mensagem instantânea; instituiu transmissão ininterrupta da programação ao vivo da TV pelo Twitter, sendo a primeira emissora pública brasileira a usar rede social para essa modalidade. O STF investiu ainda na modernização da Intranet para melhorar a interlocução do Tribunal com o público interno.

O Supremo criou página específica no Portal da Corte na Internet destinada a reunir informações da atuação da Presidência, com galeria de presidentes, composição, decisões, acervo, agenda, publicações, reportagens, vídeos e fotografias. "Essa é uma ação de comunicação que atende à missão de transparência determinada pela gestão do presidente Dias Toffoli, possibilitando ao cidadão acompanhar as ações da Presidência, independente do ministro que esteja à frente do Tribunal. É uma iniciativa que se alinha ao modelo dos outros Poderes da República", declarou a secretária-geral da Presidência do STF, Daiane Nogueira de Lira.

Para oferecer mais um canal de interação com a sociedade, o Supremo, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), colocou à disposição da sociedade cursos *online* gratuitos. Os três primeiros foram sobre "Introdução ao Direito Constitucional e ao controle de constitucionalidade", "Atualização gramatical" e "Quando nasce um pai: orientações básicas sobre paternidade responsável". Em menos de uma semana foram 3,6 mil inscritos.

IMPRENSA



7.11.2018 – Então presidente eleito, Jair Bolsonaro, e Ministro Dias Toffoli em pronunciamento à imprensa, após audiência no STF. *Foto: G. Dettmar/Ag. CNJ*

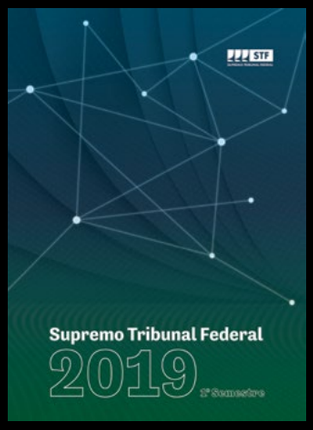
A gestão Dias Toffoli sempre prestigiou a imprensa, em especial os setoristas do Supremo, na divulgação dos atos do STF. Em diversas ocasiões, o presidente da Corte destacou o papel da mídia como essencial para o fortalecimento das instituições democráticas: ''Sem imprensa livre, não há liberdade de expressão e de informação. Sem imprensa livre, não há democracia''.

Ainda em 2018, Dias Toffoli concedeu sua primeira entrevista como presidente do STF aos setoristas da Corte, em deferência e reconhecimento aos jornalistas que fazem a cobertura diária do Supremo. Entre os diversos temas expostos, o ministro apresentou as principais diretrizes que adotaria ao longo dos dois anos de mandato para repórteres de rádio, da imprensa especializada em assuntos jurídicos e correspondentes estrangeiros.

Após votar nas eleições gerais, Toffoli alertou, em coletiva à imprensa, que o novo presidente da República deveria garantir o cumprimento do princípio constitucional da pluralidade política, bem como respeitar a oposição que se formaria. Outros temas também foram objeto de coletivas, como a recepção do presidente eleito no STF, as visitas institucionais aos estados, o anúncio do balanço das atividades da Corte e da pauta de julgamento do Plenário, além da decisão sobre o caso de juiz das garantias.







2018 e 2019 – Publicações registram em linguagem acessível e design atrativo os principais resultados da Corte. *Capas: Setor de Design/SCO/STF*

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O presidente Dias Toffoli instituiu novas ferramentas de divulgação das atribuições e dos resultados da Suprema Corte, como a Carta de Serviços ao Cidadão, com informações sobre o STF e como acessá-lo, destinada ao público que aciona o Supremo em busca de efetivar os seus direitos.

No lançamento, o ministro ressaltou que garantir os direitos individuais, sociais, econômicos e culturais do cidadão, previstos na Constituição Federal, é papel fundamental do Supremo. ''Desse modo, o STF é órgão vocacionado à promoção, na mais alta medida, da justiça, da paz social e da segurança jurídica no País''.

Para apresentar os resultados da gestão com linguagem mais direta e com projeto gráfico atraente, foram lançadas três publicações com dados estatísticos e ações do Tribunal em balanços periódicos. Anunciados em primeira mão para jornalistas que cobrem o Supremo, os documentos apresentaram, ainda, calendário com os principais processos que seriam levados a Plenário ao longo do semestre.

EXPOSIÇÕES

De 2018 a 2020, a Suprema Corte proporcionou ao público externo e da Casa uma série de exposições sobre temas como os 30 anos da Constituição Federal de 1988. Em dezembro de 2018, o STF recebeu o certificado MoWBrasil 2018, oferecido pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, em razão de decisão histórica da Corte que reconheceu, em 2011, a união homoafetiva e a garantia dos direitos fundamentais aos homossexuais. A decisão foi inscrita como patrimônio documental da humanidade no Registro Nacional do Brasil. O ministro Ayres Britto, relator das ações que trataram do tema (ADI 4.277 e APDF 132), representou o STF em cerimônia realizada no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (RJ). Em homenagem à premiação, foi realizada exposição sobre os processos no Espaço Cultural Ministro Menezes Direito.

Outras exposições foram realizadas, como a reprodução, em espaços cenográficos, da ambientação do universo feminino da década de 1960, durante a construção de Brasília, com peças originais; um tributo à igualdade com fotografias e citações de mulheres da Casa; e o uso consciente da água.

A Corte realizou ainda exposições de 27 quadros criados por jovens socioeducandos retratando a cultura popular da região Nordeste; de fotografias produzidas entre 2009 e 2010 de monumentos de Brasília em comemoração ao aniversário de 50 anos da capital federal; de 41 obras produzidas em Brasília desde 1960; e sobre o ministro Djaci Falcão em comemoração ao centenário de seu nascimento.

O Supremo sediou as celebrações dos 130 anos da Proclamação da República com mostra que reuniu acervos do STF e de outras instituições, obras de arte, réplicas, cartas e diversos objetos. Entre as peças expostas, estava o original da Constituição 1891, que foi trazido do Rio de Janeiro a Brasília.



6.11.2019 – Abertura da exposição "A República e o Supremo". *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



6.11.2019 – Abertura da exposição "A República e o Supremo".
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

"Nesse momento em que celebramos os 130 anos da República, devemos reafirmar nosso compromisso com os valores republicanos e democráticos, historicamente consolidados", afirmou Dias Toffoli. Ele destacou, ainda, que aqueles legados da República são os produtos da luta das gerações passadas que devem ser defendidos e reafirmados pelas gerações atual e futuras.



6.11.2019 – Exemplar original da "Constituição dos Estados Unidos do Brazil" de 1891, na exposição "A República e o Supremo". *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



6.11.2019 – Segunda Bandeira Republicana, do século XIX, na exposição "A República e o Supremo". *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



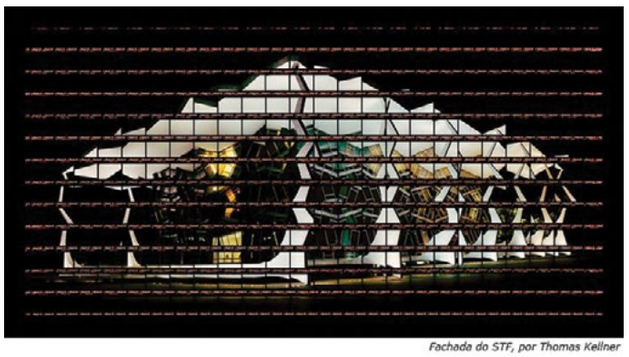
6.11.2019 – Abertura da exposição "A República e o Supremo". *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



21.11.2019 – Abertura da exposição alusiva ao centenário de nascimento do ministro Djaci Falcão. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



12.12.2018 – Decisão do Supremo sobre união homoafetiva é reconhecida como patrimônio documental pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco. O STF foi representado na premiação pelo ministro Ayres Britto (aposentado), pela secretária-geral da Presidência, Daiane Nogueira de Lira, entre outros integrantes da instituição. *Foto: Sargento Alexander Henrique da Silva*



15.8.2019 – O Supremo recebeu a exposição "Movimento em Repouso", do fotógrafo alemão Thomas Kellner. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



8.3.2019 – Exposição "Mulheres Supremas". *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



8.3.2019 – Exposição "Memórias Femininas da Construção de Brasília". *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



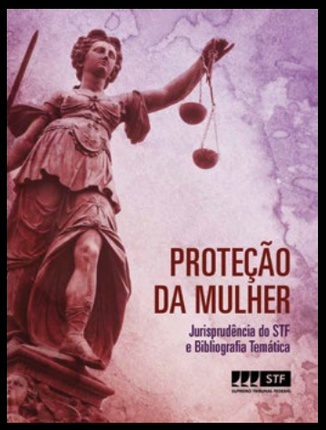
23.4.2019 – Exposição "Brasiliense, um breve panorama". *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*

LANÇAMENTO DE LIVROS

A sede do Supremo foi palco de lançamento de diversas obras voltadas para a área jurídica. Algumas trataram do direito financeiro, do novo Processo Civil brasileiro, do *habeas corpus* no processo penal e dos 30 anos da Constituição. Houve também o lançamento de livro que celebrou os 15 anos da Reforma do Judiciário – uma parceria entre STF, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



10.12.2019 – Os 15 anos da Reforma do Judiciário são celebrados em obra sob coordenação do STF, do CNJ e da OAB. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



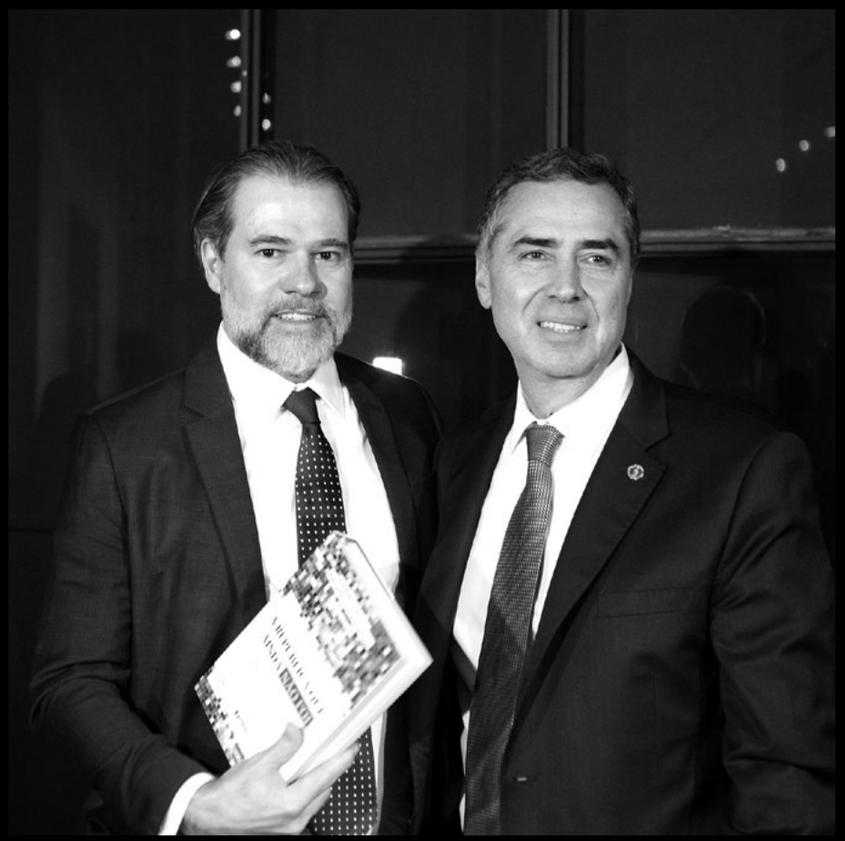




Entre 2018 e 2020, o Supremo publicou importantes obras sobre temas como proteção da mulher, igualdade racial de diversidade. *Capas: Secretaria de Documentação/STF*



4.10.2018 – Edição comemorativa dos 30 anos da Carta Magna foi lançada pelo Supremo para celebrar a data. *Capa: Secretaria de Documentação/STF*



26.9.2018 – Presidente do STF participa de lançamento de livro coordenado pelo ministro Roberto Barroso. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



28.11.2018 – Ministro Dias Toffoli recebe o diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI, Toni Reis. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



17.9.2018 – Entrevista coletiva do ministro Dias Toffoli aos setoristas do STF. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



3.10.2018 – Lançamento da obra "Comentários à Constituição do Brasil". *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



28.3.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe o presidente da CNBB, cardeal Sergio da Rocha (arcebispo de Brasília), acompanhado do vice-presidente da entidade, Dom Murilo Krieger (arcebispo de Salvador), e do secretário-geral, Dom Leonardo Steiner (bispo auxiliar de Brasília). *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



19.3.2019 – Entrevista à imprensa de Minas Gerais. *Foto: Ascom/TRE/MG*



27.3.2019 – Lançamento do livro "A Constituição da República, segundo Ministros, Juízes auxiliares e Assessores do STF". *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



18.7.2019 – Coletiva no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. *Foto: Jana Pessôa/Secom/MT*



1°.7.2019 – Ministro Dias Toffoli apresenta o balanço do primeiro semestre do STF e do CNJ aos setoristas. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



13.9.2019 – Pronunciamento à imprensa no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Foto: Comunicação TJ/SC*



23.7.2019 – Visita à 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1º Bda. Inf. Sl.) e à Operação Acolhida, programa do Exército Brasileiro destinado ao atendimento de refugiados venezuelanos em Pacaraima (RR). *Foto: 1º Bda. Inf. Sl.*



7.11.2019 – Presidente do STF concede entrevista coletiva após sessão do Plenário. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



5.7.2019 – Pessoas com deficiência trabalham na digitalização de documentos do STF. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



21.11.2019 – Ministro Dias Toffoli recebe membros da equipe campeã da Olimpíada de Conhecimento Jurídico. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



17.12.2019 – Presidente fala à imprensa após anunciar resultados da Corte em 2019. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



29.10.2019 – Lançada página no site do STF destinada a reunir informações da atuação da Presidência. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



21.8.2019 – Coral e Orquestra do Conservatório de Música do Juruá (AC) se apresenta no STF. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



8.5.2019 – O STF, em sessão especial, exibiu o documentário *A Juíza*, indicado ao Oscar de Melhor Documentário e Melhor Canção Original e lançado no Festival de Sundance, em 2018. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



4.3.2020 – Presidente adere à campanha da ONU Mulheres "HeForShe/ElesPorElas" pela igualdade de gênero. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



18.2.2020 – Ministro Dias Toffoli no lançamento do livro "A Toga & a Beca".
Foto: Lucas Pricken/STJ



15.1.2020 – Coletiva sobre juiz das garantias.
Foto: Gil Ferreira/Agência CNJ



3.2.2020 – Em sessão, ministro Dias Toffoli anuncia o lançamento da Carta de Serviços ao Cidadão. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



3.2.2020 – Supremo lança a Carta de Serviços ao Cidadão.



9.1.2020 – Ministro Dias Toffoli recebe homenagem por atuação no caso do bairro Pinheiro (AL). *Foto: Arquivo Presidência*



5.12.2019 – Presidente Toffoli no lançamento do livro "Direito Regulatório". *Foto: Lucas Pricken/STJ*

EVENTOS



21.3.2019 – Ministro Dias Toffoli participa de seminário no Senado Federal em celebração ao Dia Internacional da Síndrome de Down. *Foto: Geraldo Magela/Agência Senado*



EVENTOS

Como representante máximo do Poder Judiciário brasileiro, o ministro Dias Toffoli participou de eventos e cumpriu agenda em várias instituições no período em que exerceu a Presidência do STF. Em encontros com sindicatos de trabalhadores ou associações empresariais, lançamentos de publicações ou cerimônias para formalização de parcerias, seminários, palestras ou celebrações de datas marcantes, o ministro foi a voz do Tribunal, seja divulgando números e ações, seja prestando esclarecimentos sobre julgamentos em pauta.

Em comemoração pelo trigésimo aniversário da Carta Magna, Toffoli participou da solenidade da Procuradoria-Geral da República (PGR) "30 anos da Constituição Federal e do Novo Ministério Público". Segundo o presidente do STF, a reformulação da PGR como órgão independente e autônomo foi produto de "grande inteligência do constituinte".

A missão de pacificação social também foi destaque em outras oportunidades, como no Seminário "30 anos da Constituição Federal", promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em novembro de 2018. O ministro participou, ainda, de seminário sobre os "Desafios Constitucionais de Hoje e Propostas para os Próximos 30 anos".

Foram várias as ocasiões em que Dias Toffoli agiu em defesa das instituições democráticas e dos valores constitucionais. Na Universidade de Harvard (EUA), por exemplo, onde participou de conferência em abril de 2019, o ministro ressaltou o papel do STF para a estabilidade institucional do Brasil, sobretudo com a redemocratização do país após 24 anos de regime militar.



21.11.2018 – Seminário "30 anos da Constituição Federal", promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



6.4.2019 – Ministro Toffoli participou da mesa "O Papel do Supremo Tribunal Federal", na Brazil Conference 2019, realizada na Universidade de Harvard (EUA). *Foto: Arquivo Presidência*



10.12.2019 – Ministro Dias Toffoli no evento "Supremo em ação" em comemoração ao Dia da Justiça.
Foto: Daniel Estevão/Ascom/AGU

Em evento comemorativo ao Dia da Justiça, realizado em dezembro de 2019, em Brasília, Toffoli enfatizou o papel do Poder Judiciário como "grande garantidor do Estado Democrático de Direito brasileiro. É a última trincheira do cidadão na busca pela efetividade dos seus direitos".

A preocupação com o futuro e com o desenvolvimento do país foi abordada na palestra "Democracia e Direitos", realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Paulo (SP), em que argumentou sobre a criação de políticas públicas para a geração de empregos. Dias Toffoli recebeu homenagem em nome dos demais ministros do STF pela suspensão da norma que admitia às trabalhadoras grávidas e lactantes o desempenho de atividades insalubres.

O presidente do STF apontou a desburocratização dos serviços públicos como medida necessária para atrair investimentos durante seminário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, na sede do Tribunal Superior do Trabalho. Para o ministro, uma mudança cultural que simplifique procedimentos da administração pública trará de volta a confiança e a segurança jurídica de que os investidores dependem para apostar na economia brasileira.

Além disso, o combate à corrupção foi tema de evento da AGU em que o presidente do STF reforçou que o país se notabiliza por impulsionar a celebração de acordos de leniência que viabilizam investigações e o ressarcimento de bilhões aos cofres públicos. Em fórum da Controladoria-Geral da União (CGU), Dias Toffoli apresentou os progressos das ferramentas de combate à corrupção no Brasil com a modernização da legislação penal e processual penal, e de programas conjuntos entre os Poderes.

DIVULGAÇÃO DE DADOS E AÇÕES

A participação do presidente do STF em solenidades e eventos cumpre o princípio da transparência ao tornar públicas informações relevantes a respeito do Poder Judiciário, como na palestra que ministrou no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ao lado do assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos.

Na ocasião, Toffoli falou sobre a segurança jurídica como fator de desenvolvimento para o Brasil e destacou avanços no país nos últimos 50 anos, como eleições diretas, programas assistenciais, moeda estável e diminuição da dívida externa. "Nós não temos o direito de ser pessimistas. O país vem melhorando, está melhorando e continuará melhorando", disse.

No XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário realizado em Maceió (AL), o ministro apresentou dados que indicavam diminuição no número de ações pendentes na Justiça brasileira, alcançando os maiores índices de produtividade dos últimos 10 anos, com redução do tempo médio de tramitação dos processos.

Com o objetivo de acelerar soluções judiciais, em maio de 2019 o STF sediou o lançamento do *site* do Observatório Nacional de Casos Complexos de Grande Impacto e Repercussão. A ideia surgiu de parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério do Público e disponibiliza um novo instrumento para monitoramento, com rapidez e transparência, de casos importantes, como o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho (ambas em Minas Gerais), o incêndio na Boate Kiss (RS), a chacina de Unaí (MG) e a questão dos refugiados na fronteira Brasil-Venezuela.

A Presidência do Supremo tratou com seriedade e presteza as questões sociais que chegaram à Corte. Em fevereiro de 2019, Dias Toffoli recebeu no STF o Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica que ele instituiu no âmbito do CNJ para implantar, em todo o Brasil, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Proteção à Vida. O questionário visa auxiliar agentes de polícia, delegados, juízes e servidores da Justiça a reconhecerem quando é alto o risco de morte da mulher que busca socorro nas instituições do Estado.

No que tange aos direitos das crianças e adolescentes, uma reunião em abril de 2019, no Salão Nobre do Supremo, com representantes de 40 instituições, marcou o início dos trabalhos do Pacto Nacional pela Primeira Infância. O tema já havia sido abordado na participação de Dias Toffoli no Seminário "Justiça Começa na Infância: a Era dos Direitos Positivos", no Ministério da Justiça, em 2018.

Outras parcerias foram essenciais para garantir a efetivação de direitos fundamentais, como a assinatura dos termos de execução descentralizada, que destinou recursos do então Ministério da Segurança Pública para modernização do sistema eletrônico de execução penal. A medida buscava reduzir a superlotação carcerária por meio do incremento da adoção de penas alternativas, de centrais de monitoramento de tornozeleiras eletrônicas e da identificação biométrica dos detentos.



10.2.2020 – Presidente do STF em palestra no Sebrae. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*

HOMENAGENS, PREMIAÇÕES E PUBLICAÇÕES

Por meio de parcerias institucionais, o *site* de pesquisa de legislação do Planalto, o Sistema Corpus 927 e a publicação "A Constituição e o Supremo" foram integrados a partir de acordo de Cooperação Técnica entre STF, Secretaria-Geral da Presidência da República, STJ, CNJ e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O objetivo foi aprimorar o acesso do internauta oferecendo um formato mais adequado para dispositivos móveis, com leiaute amigável e contemporâneo, além de mecanismo de pesquisa moderno e eficiente. Já o aplicativo Planalto Legis, cujo lançamento no Palácio do Planalto teve a participação de Dias Toffoli, é um serviço público e gratuito para auxiliar na desburocratização do país.

Outras publicações que contaram com a participação do presidente do STF foram os lançamentos do "Anuário da Justiça Brasil 2019" e do "Anuário da Justiça Brasil 2020", esse último realizado por videoconferência em razão do necessário distanciamento social imposto pela pandemia. Para Toffoli, o documento é instrumento de grande importância para a divulgação dos dados da Justiça no País e no exterior, fortalecendo a imagem das instituições judiciais brasileiras. Dias Toffoli também esteve presente na entrega do Prêmio Innovare, que reconhece práticas que colaboraram para tornar a Justiça mais rápida, acessível e eficiente para a população.



21.3.2019 – Lançamento da 16ª edição do Prêmio Innovare. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



3.12.2019 – Presidente Dias Toffoli entrega premiação da categoria Tribunal à iniciativa "Trampo Justo", realizada pelo TJ/SP. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O aperfeiçoamento do Poder Judiciário e do sistema de justiça foi objeto de diversos eventos que contaram com presença do ministro Dias Toffoli, como na abertura do curso "O juiz e os desafios do processo coletivo", realizado pela Enfam, em dezembro 2018. "Se não utilizarmos as novas ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial e instrumentos jurídicos que sejam eficazes para atender às demandas coletivas, nós seremos atropelados pela história", alertou.

Na mesma linha, no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Foz do Iguaçu (PR), o presidente do STF destacou: "Diante de uma sociedade em transformação, a Justiça tem que se transformar". No II Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia, Dias Toffoli sinalizou que a utilização de inteligência artificial, por exemplo, pode ajudar a lidar com o grande volume de demandas que chegam diariamente ao Judiciário.



26.9.2018 – II Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



22.11.2018 – Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes participam do lançamento do aplicativo "Planalto Legis". *Foto: Marcos Corrêa/PR*



8.10.2018 – Abertura do II Workshop sobre Procedimentos Administrativos da Resolução 235/2016 do CNJ. *Foto: G. Dettmar/Agência CNJ*



6.11.2018 – Evento sobre os "30 anos da Constituição Federal – Desafios Constitucionais de Hoje e Propostas para os Próximos 30 anos".
Foto: Sandro Damasceno/Editora Fórum



7.11.2018 – Abertura do XXI Congresso Internacional de Direito Constitucional. *Foto: Divulgação/IDP*



27.8.2019 – Ministro Dias Toffoli durante aula magna para advogados públicos. *Foto: Renato Menezes/Ascom/AGU*



5.11.2018 – Abertura da XIII Semana Nacional de Conciliação.
Foto: G. Dettmar/Agência CNJ



28.11.2018 – Em seminário na AGU, presidente do STF defende mudança na cultura da judicialização. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



29.11.2018 – Em encontro no Tribunal Superior do Trabalho, o presidente Dias Toffoli destacou que a burocracia prejudica o país ao afastar investimentos.
Foto: G. Dettmar/Agência CNJ



9.11.2018 – Ministro Dias Toffoli no II Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros. *Foto: Abdias Pinheiro/Agência CNJ*



16.11.2018 – Presidente do STF e o então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, assinam parceria sobre sistema eletrônico de execução unificado em todo o País. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



22.11.2018 – Ministro Toffoli participa da Reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. *Foto: Isaac Amorim/MJ*



27.11.2018 – Acordo assinado pelo STF, MRE e Pnud para aprimoramento das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



9.11.2018 – Em cerimônia em São Paulo com a presença da rainha Silvia da Suécia, fundadora e presidente honorária da *World Childhood Foundation*, ministro Dias Toffoli prorroga cooperação do CNJ com a entidade para enfrentamento da violência contra crianças. *Foto: Arquivo Presidência*



26.11.2018 – Presidente do STF apresenta palestra em seminário sobre relação entre Estado e empresas. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*



5.12.2018 – Ministro Dias Toffoli participa da abertura do curso "O juiz e os desafios do processo coletivo", promovido pela Enfam.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



4.12.2018 – Conferência de abertura do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Foz do Iguaçu (PR). *Foto: Agência CNJ*



11.12.2018 – STF sedia assinatura de termos de cooperação sobre inteligência artificial e direitos da criança e do adolescente.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



21.12.2018 – Cerimônia em Comemoração aos 10 Anos do Centro de Cardiologia do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. *Foto: Cesar Itiberê/PR*



20.2.2019 – Na sede da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, em Brasília, ministro Dias Toffoli defende desburocratização no país.
Foto: Wenderson Araujo/Trilux



11.1.2019 – Solenidade de passagem do comando do Exército do general Villas Bôas para o general Edson Leal Pujol. *Foto: Marcos Corrêa/PR*



13.2.2019 – Presidente do STF e Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica discutem implementação de formulário que ajudará vítimas de violência doméstica. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*



25.3.2019 – Seminário Transparência e Combate à Corrupção, no Rio de Janeiro. *Foto: Abdias Pinheiro/Agência CNJ*



11.4.2019 – Reunião de instituições de proteção à infância para unir esforços para efetivar direitos previstos na legislação para crianças com menos de 6 anos de idade. *Foto: Abdias Pinheiro/Agência CNJ*



29.5.2019 – Lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2019.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



2.5.2019 – Lançado no STF site do Observatório Nacional para elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de Justiça. *Foto: Gil Ferreira/Agência CNJ*



13.6.2019 – Ministro Dias Toffoli profere palestra no evento "Altos Estudos em Audiência de Custódia". *Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ*



9.9.2019 – Presidente Dias Toffoli e ministro Alexandre de Moraes participam de homenagem aos 100 anos do Departamento Jurídico XI de Agosto, na USP/SP. *Foto: Arquivo Presidência*



9.10.2019 – Ministros do STF são homenageados com Troféu Dom Quixote e Medalha do Mérito Justiça & Cidadania. *Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF*



13.11.2019 – Abertura do 14° Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, no Rio de Janeiro (RJ). *Foto: Divulgação/Anadep*



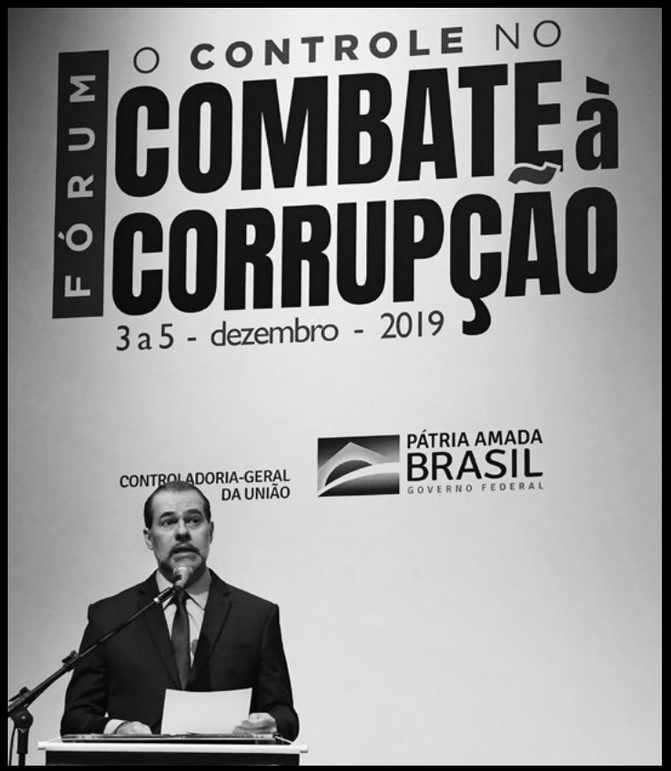
27.5.2019 – Ministro Dias Toffoli faz palestra no "Seminário Internacional – Lei Geral de Proteção de Dados: A Caminho da Efetividade".
Foto: Gustavo Lima/STJ



25.11.2019 – Ministro Dias Toffoli no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Maceió (AL). *Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ*



25.9.2019 – Ministro Dias Toffoli no Seminário *Fake News*, Redes Sociais e Democracia em que a Câmara dos Deputados aderiu ao Painel Multissetorial de Combate a Notícias Falsas. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



3.12.2019 – Ministro Dias Toffoli ressalta avanços no combate à corrupção em fórum realizado pela CGU. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



12.12.2019 – Solenidade no STF marca os 10 anos do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



5.12.2019 – Presidentes do STJ, João Otávio de Noronha, do STF, Dias Toffoli, e do STM, Alte. Esq. Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, no Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário. *Foto: Gustavo Lima/STJ*



3.12.2019 – Solenidade de entrega das práticas vencedoras do 16° Prêmio Innovare. *Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

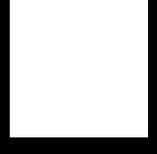


25.6.2020 – Serviço "A Constituição e o Supremo" ganha nova versão com assinatura de acordo de cooperação dos presidentes da República e do Supremo/CNJ.
Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNJ



11.4.2019 – Ministro Dias Toffoli no Encontro do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), no Rio de Janeiro.
Foto: Marcos Corrêa/PR

EPÍLOGO



EPÍLOGO

Nestes dois anos à frente da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli e sua equipe trabalharam com afinco para realizar, na Suprema Corte do país, uma prestação jurisdicional eficiente e de excelência, visando à efetividade dos direitos fundamentais, à intangibilidade do Estado Democrático de Direito, à segurança jurídica e à paz social. O trabalho de ministros, juízes auxiliares e instrutores, assessores, secretários, servidores, colaboradores e estagiários fizeram com que o Tribunal atingisse o menor acervo processual dos últimos 24 anos.

O Tribunal honrou sua história centenária de defesa das instituições democráticas e republicanas. Rechaçou, veementemente, os ataques desferidos contra si, contra seus ministros e respectivos familiares, sem descurar do enfrentamento da pandemia que castiga o país, garantindo, com tenacidade, a plena e efetiva continuidade da prestação jurisdicional. A Suprema Corte enfrentou temas polêmicos, pacificou conflitos e estabilizou relações institucionais, buscando, incansavelmente, promover a harmonia e a independência entre os Poderes e garantir os direitos fundamentais dos indivíduos.

No campo interno, foram modernizados os fluxos de trabalho, aprovadas emendas regimentais que reforçam a colegialidade, divulgadas antecipadamente as pautas de julgamentos, realizados investimentos em inovação tecnológica, promovidas melhorias no Plenário Virtual e estabelecidas parcerias interinstitucionais visando ao aprimoramento da jurisdição constitucional.

"Cada um cumpre o destino que lhe cumpre.
E deseja o destino que deseja;
Nem cumpre o que deseja,
Nem deseja o que cumpre.
Como as pedras na orla dos canteiros
O Fado nos dispõe, e ali ficamos;
Que a Sorte nos fez postos
Onde houvemos de sê-lo.
Não tenhamos melhor conhecimento
Do que nos coube que de que nos coube.
Cumpramos o que somos.
Nada mais nos é dado."

Fernando Pessoa

Com a participação indispensável das instituições essenciais à Justiça – Ministério Público, Advocacias Pública e Privada e Defensoria Pública –, o Supremo Tribunal Federal atendeu, com desvelo, prontidão e qualidade, às demandas do cidadão brasileiro por justiça, garantindo, na mesma medida, o respeito à dignidade da pessoa humana e a proteção dos vulneráveis e das minorias. Tudo isso ancorado nos pilares da transparência, da responsabilidade e da eficiência e norteado pela primordial missão do STF: a de ser o guardião da Constituição da República.



Presidente Dias Toffoli com secretários e assessores que fizeram parte da gestão 2018 • 2020. *Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF*

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
DAIANE NOGUEIRA DE LIRA

SUPERVISÃO
DAIANE NOGUEIRA DE LIRA
ADÃO PAULO OLIVEIRA

EDIÇÃO
ADÃO PAULO OLIVEIRA

REDAÇÃO
BÁRBARA NOGUEIRA
GUSTAVO TORQUATO
PATRÍCIA PINHEIRO

COORDENAÇÃO E PESQUISA
BÁRBARA NOGUEIRA

APOIO
RAQUEL SIQUEIRA

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
NAIARA CABELEIRA DE ARAÚJO PICHLER

COORDENADORIA DE DIVULGAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA
FLÁVIA COELHO ARLANT

REVISÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA
GERÊNCIA DE REVISÃO DE TEXTOS E DE PROVAS EDITORIAIS

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
FLÁVIA COELHO ARLANT






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro
de 1889